

Observatório de RH para CT&I
Série: Mestres e doutores nas unidades da Federação

Amapá: **Formação e emprego de mestres e doutores**

Série: Mestres e doutores nas unidades da Federação

Observatório de RH para CT&I



Brasília, DF
2025

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE)

Organização social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
Instituição interveniente: Ministério da Educação (MEC)

Presidente

Fernando Cosme Rizzo Assunção

Diretores

Anderson Stevens Leonidas Gomes (Diretor)

Caetano Christophe Rosado Penna (Diretor)

Geraldo Nunes Sobrinho (Diretor administrativo financeiro)

Série: Mestres e doutores nas unidades da Federação. Observatório de RH para CT&I. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2025.

52 p.: il.

1. RHCTI. 2. Mestres e doutores. 3. Estadual. 4. Títulos. 5. Emprego. 6. Mobilidade. 7. Remuneração. 8. Mulheres. I. CGEE. II. Título.

Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, SCS Qd 9, Bl. C, 4º andar, Ed. Parque Cidade Corporate, Brasília-DF,
CEP: 70308-200, Telefone: (61) 3424-9600
<http://www.cgee.org.br>

Todos os direitos reservados pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). Os textos contidos nesta publicação poderão ser reproduzidos, armazenados ou transmitidos, desde que seja citada a fonte.

Referência bibliográfica:

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS - CGEE. **Série: Mestres e doutores nas unidades da Federação.** Observatório de RH para CT&I. Brasília, DF: 2025. 52p.

Série: Mestres e doutores nas unidades da Federação

Observatório de RH para CT&I

Supervisor

Anderson Stevens Leonidas Gomes

Coordenadora

Sofia Daher Aranha

Consultor

Mariano de Matos Macedo

Equipe técnica do CGEE

Arthur de Oliveira Dias

Barbara Sabino de Paiva

Carlos Eduardo Linhares Levicoy

César Prazeres Fraga Pereira

João Pedro de Oliveira Moraes

José Salomão Oliveira Silva

Marcia Tupinambá

Ricardo Carvalho Gonçalves

Rogério da Silva Castro

Stephany Lima de Oliveira

Equipe de apoio

Paula Oliveira Gomes

Sumário

	Apresentação.	6
1	Introdução.	7
2	Referencial Metodológico	9
3	Títulos.	11
4	Emprego	17
5	Remuneração.	24
6	Mobilidade	31
7	Mulheres	40
	Lista de siglas e abreviaturas.	52

Apresentação

Este documento faz parte da Série: *Mestres e doutores nas unidades da Federação*, resultado da iniciativa que visou atender a duas demandas dirigidas ao Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), no âmbito das atividades do Observatório de Recursos Humanos para CT&I, sobre os indicadores de titulação e emprego de mestres e doutores (M&D) no Brasil. A primeira foi a produção de dados detalhados em escala estadual e a segunda foi a necessidade de inovação no processo de produção e atualização de dados que permitissem maior rapidez na publicação desses resultados, cada vez mais relevantes no apoio aos processos de tomada de decisão nos Sistemas Estaduais de CT&I. Nesse sentido, foram elaborados 27 relatórios padronizados com dados dos estados e do Distrito Federal, utilizando-se a ferramenta R Markdown e um grande conjunto de dados associados sobre a titulação e emprego formal de mestres e doutores.

Trata-se de uma versão experimental, na qual foram adicionadas informações referentes aos anos de 2022 e 2023. Foram acrescentados dois anos à série publicada no relatório Brasil: *Mestres e doutores 2024*, cujo lançamento alcançou grande repercussão. Essa atualização foi possível justamente pela adoção dos novos processos de automatização da geração de relatórios, implementados no Observatório pela primeira vez.

Esse trabalho converge com a iniciativa do Departamento de Governança e Indicadores de Ciência e Tecnologia do MCTI para constituição da Rede de Indicadores Estaduais de CTI – RIECTI e faz parte do conjunto de produtos demandados pelo Ministério ao CGEE.

Nessa etapa, espera-se a validação dos relatórios, conteúdos e dados para melhoria dos processos. A partir dessa versão, cria-se um ponto inicial para ampliar a discussão com os estados e com o MCTI. Busca-se, assim, o aperfeiçoamento dos relatórios e eventual ampliação de escopo dos indicadores relacionados ao tema dos mestres e doutores nas unidades da Federação.

1 Introdução

Apesar de os mestres e doutores representarem uma parcela diminuta da força de trabalho total, eles são essenciais para a capacidade de qualquer país absorver, transformar e produzir conhecimentos, assim como gerar inovações. Além disso, eles são essenciais para a formação ou qualificação de outros recursos humanos. Por tudo isso, eles desempenham papéis vitais nos processos de aumento da produtividade e competitividade da economia e de elevação da qualidade de vida dos cidadãos.

A titulação e o emprego de M&D são um dos principais eixos estratégicos para o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação do país, dada a crescente importância que o vetor de CT&I vem assumindo na dinâmica econômica e social das economias nacionais e global no contexto do Padrão de Desenvolvimento Pós-Fordista, caracterizado pelo paradigma tecno-econômico das Tecnologias de Informação e Comunicação. Esse padrão também é denominado como Quinta Revolução Industrial ou Economia do Conhecimento.

Na Economia do Conhecimento, o principal recurso econômico deixou de ser os meios de produção convencionais (recursos naturais, capital e trabalho) para ser o conhecimento. Segundo Veloso (2005), o “principal significado básico da economia do conhecimento é a possibilidade de uma completa mudança no quadro de nossas vantagens comparativas (especializações), atuais e potenciais” não mais baseadas nos meios de produção tradicionais, mas na agregação do conhecimento ao processo de produção de bens e serviços novos ou tradicionais.

Nesse contexto, o estudo sobre a titulação e o emprego de mestres e doutores no Brasil constitui uma das linhas prioritárias de atuação do Observatório de Recursos Humanos para CT&I, no âmbito do programa de trabalho do CGEE. Essa iniciativa integra o esforço contínuo do Centro em sistematizar e analisar um amplo conjunto de dados, com o objetivo de gerar informações qualificadas sobre a titulação e o emprego de mestres e doutores no Brasil.

Assim, esta iniciativa busca oferecer subsídios para gestores públicos, instituições de ensino, órgãos de fomento e pesquisadores no monitoramento e no aprimoramento de políticas públicas em níveis nacional e estadual voltadas à formação e à inserção profissional de mestres e doutores, a partir do acompanhamento sistemático da inserção desses profissionais no mercado de trabalho, além de também permitir avaliar os impactos da pós-graduação.

Os estudos do CGEE sobre mestres e doutores já abordavam indicadores estaduais desde suas primeiras edições. No entanto, a expansão e aprofundamento desses indicadores tornaram-se necessários para subsidiar os Sistemas Estaduais de CT&I em suas estratégias e planos de desenvolvimento.

Nesse sentido, esse estudo tem como objetivo sistematizar indicadores estaduais sobre a titulação e o emprego de M&D no Brasil, por unidade da Federação, e elaborar um relatório padronizado que continuará a ser atualizado automaticamente, compondo, no decorrer do tempo, atualizações periódicas da série “Mestres e doutores nas unidades da Federação”.

Essa sistematização é relevante pois os indicadores sobre a titulação e o emprego de M&D por unidades da Federação tendem a ser diferenciados em decorrência da expressiva heterogeneidade socioeconômica espacial dessas unidades. Entender essa diferenciação significa compreender a geografia socioeconômica da titulação e do emprego de mestres e doutores no país.

Um dos focos específicos para a compreensão dessa geografia se refere à mobilidade da titulação e do emprego de M&D no território nacional. Outro foco relevante se refere às condições diferenciadas de titulação, emprego e remuneração de M&D mulheres e homens.

2 Referencial Metodológico

Visando à elaboração de indicadores sobre a titulação e o emprego de M&D por unidade da Federação, foram definidos os seguintes blocos temáticos:

- Titulação;
- Emprego;
- Remuneração;
- Mobilidade Intra e Interestadual; e
- M&D Mulheres.

O CGEE tem mantido importantes parcerias, por intermédio de acordos de cooperação com a Capes, o MTE e o CNPq, que possibilitaram a elaboração dos estudos Brasil: Mestres e doutores a partir de 2010 e que está atualmente em sua 5ª edição.

Os indicadores que se referem à titulação foram gerados a partir da Plataforma Sucupira, mantida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Já os indicadores sobre o emprego provêm da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) coletados pelo Ministério do Trabalho e do Emprego (MTE).

Neste estudo, a população de M&D considerada para o cálculo do emprego em cada ano é formada pelo conjunto dos indivíduos que obtiveram títulos de mestrado e/ou doutorado no Brasil durante o período que vai de 1996 até o último ano de disponibilidade dos dados. É importante notar que mestres e doutores titulados no exterior não são considerados nesse estudo e que as bases de dados utilizadas não permitem a exclusão daqueles que faleceram, emigraram ou saíram da população economicamente ativa.

As informações sobre os titulados, provenientes da Plataforma Sucupira, foram disponibilizadas ao CGEE pela Capes a partir de 1996, ano em que os dados são mais completos. Lembra-se que, em dezembro de 1965, a Câmara Especial do Ensino Superior (C.E.Su) aprovou o Parecer nº 977, conhecido como “Parecer Sucupira”. Esse documento estruturou os cursos de mestrado e doutorado no Brasil, diferenciando-os dos cursos de especialização (*stricto sensu* e *lato sensu*), e é considerado o marco conceitual e regulatório da pós-graduação brasileira.

O número de mestres ou de doutores empregados em determinado ano é dado pelos que constam nos registros de emprego da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) no dia 31 de dezembro do mesmo ano. Dessa forma, são considerados empregados somente aqueles que têm carteira de trabalho assinada e os funcionários públicos. O cruzamento de tais informações com os dados sobre mestres e doutores titulados no Brasil desde o ano de 1996 geraram as estatísticas sobre o emprego formal desses profissionais, que aparecem neste estudo.

É importante frisar que aqueles indivíduos que não estão empregados formalmente não podem ser considerados desempregados, já que podem estar ocupados em outras atribuições que não configuram “emprego formal”. Esse é o caso, por exemplo, daqueles que estavam fazendo curso de doutorado (no caso dos mestres) ou pós-doutorado (no caso dos doutores), desenvolvendo projetos de pesquisa sem

emprego formal, eram bolsistas, autônomos ou autoempregados, empreendedores ou empresários e ainda aqueles que estavam aposentados, vivendo no exterior ou que já haviam falecido.

Cabe destacar que a Rais passou por mudanças significativas na forma de captação de dados a partir de 2019, quando iniciou a transição do antigo sistema GDRAIS para o eSocial, plataforma que centraliza informações trabalhistas, previdenciárias e fiscais. Esse processo ainda está em conclusão e tem provocado rupturas na série histórica, especialmente nos anos-base 2022 e 2023. O impacto dessas mudanças sobre o emprego dos M&D deverá ser analisado em profundidade em estudos posteriores.

Neste estudo, a análise do emprego de M&D é restrita ao período 2009-2023, anos em que as bases da Rais estão disponíveis no CGEE. Esse período foi marcado por expressivas inflexões da taxa de crescimento do PIB da economia brasileira, uma das variáveis relevantes para a análise do emprego de M&D, como pode ser observado no Gráfico 7. Nesse contexto, os relatórios de análise do emprego de M&D de cada unidade da Federação apresentam gráficos relativos às seguintes variáveis: taxas de crescimento do emprego de M&D na UF, taxa de crescimento anual do total de empregos formais na UF e taxas de crescimento do PIB da UF.

O trabalho contempla um tópico referente à remuneração de M&D, cujo valor mensal de cada indivíduo corresponde à soma das remunerações recebidas em todos os seus vínculos empregatícios durante o mês de dezembro do ano sob análise, excluindo-se os ganhos decorrentes de 13º salário. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, computado pelo IBGE, é utilizado para o cálculo das remunerações a preços constantes de 2023.

Na escala das unidades da Federação, a sistematização de indicadores estaduais sobre a titulação e o emprego de M&D destaca o tema da mobilidade regional, buscando compreender a relação entre o local de titulação e a unidade da Federação em que esses profissionais estão empregados. O capítulo dedicado ao tema analisa as diferenças entre o número de mestres e doutores absorvidos pelo mercado de trabalho da sua UF de formação e aqueles que se inserem em outras unidades da Federação. Simultaneamente, examina-se a quantidade de profissionais empregados em cada UF que foram titulados localmente ou em programas de pós-graduação de outras regiões.

Outro tema relevante do relatório diz respeito à titulação, ao emprego e à remuneração de mulheres mestres e doutoras em comparação aos homens. Observa-se que, nas diferentes unidades da Federação, as assimetrias entre os grupos permanecem expressivas.

A metodologia adotada para a elaboração dos relatórios sobre a titulação e o emprego de M&D nas unidades da Federação tem como objetivo estruturar um sistema operacional capaz de atualizar esses documentos em curto prazo, à medida que novos dados sejam disponibilizados pela Capes (Plataforma Sucupira) e pelo MTE (Rais). A construção e seleção de indicadores — que serão atualizados periodicamente — também buscou possibilitar análises comparativas que evidenciem as especificidades de cada unidade federativa.

As tabelas detalhadas do estudo que alimentaram a geração de cada um dos gráficos apresentados neste relatório encontram-se disponíveis em <https://mestresdoutores2024.cgee.org.br/dados>.

O repositório reúne os dados por unidade da Federação, incluindo séries históricas completas, possibilitando a consulta pública e a ampla utilização das informações.

3 Títulos

Entre 1996 e 2023, a taxa anual média de crescimento do número de títulos de mestres e de doutores na Região Norte alcançou 15,7% e 21,5% e, no Brasil, 7,3% e 8,7%, respectivamente. A taxa anual média de crescimento do número de títulos é calculada a partir das taxas de crescimento ano a ano, tomando-se, ao final, a média dessas variações.

Na unidade federativa do Amapá, a taxa anual média de crescimento do número de títulos de mestres foi de 20,4%, saindo de 20, em 2008, para 143 em 2023. Já entre os doutores, a taxa de crescimento foi de 48,5%, saindo de 1, em 2011, para 14 em 2023 (gráfico 1).

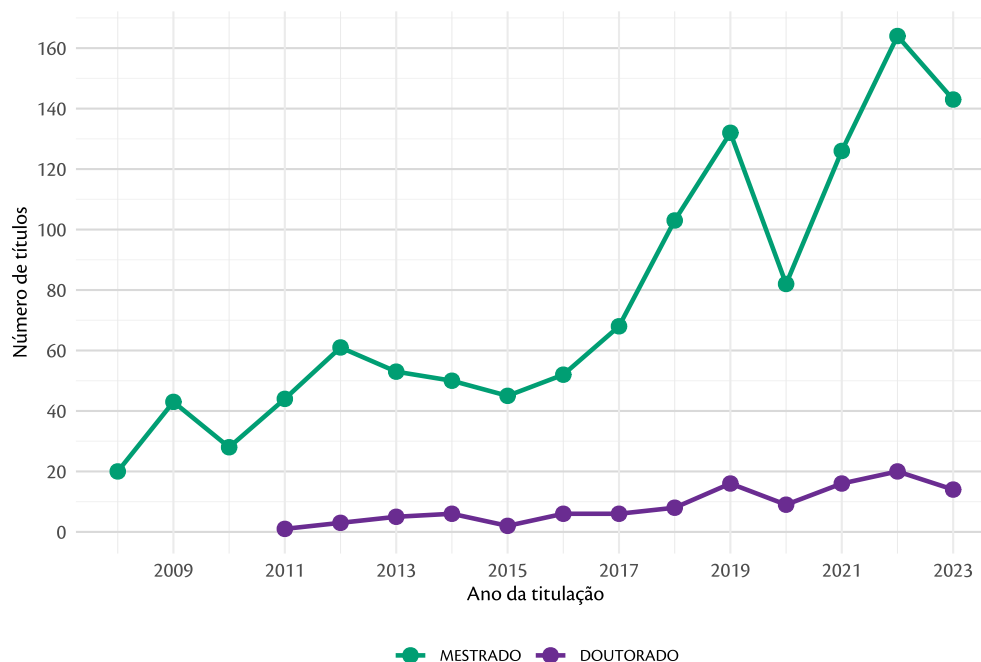


Gráfico 1: Mestres e Doutores: número de títulos na unidade federativa do Amapá, 2008-2023

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023). Tabelas M.TIT.UF.01 e D.TIT.UF.01.

Em 2023, a unidade federativa do Amapá foi responsável por 0,2% dos títulos de mestres concedidos no Brasil, enquanto a Região Norte respondeu por 6,4%. No caso dos títulos de doutores, esses percentuais foram de 0,1% e 3,6%, respectivamente.

Como pode ser observado na tabela 1, no período 2009-2023, o número de títulos de mestres por 100 mil habitantes na unidade federativa do Amapá aumentou de 6,4 para 17,9 (179,7% de crescimento). O de doutores passou de 0,0 para 1,8. Na Região Norte, esse número passou de 8,7 para 22,9 (163,2% de crescimento) e de 0,9 para 4,9 (444,4% de crescimento), para mestres e doutores respectivamente. Em 2023, na unidade federativa, esses números foram inferiores aos observados para o Brasil em ambos os níveis. Na Região Norte, esses números foram inferiores aos observados para o Brasil em ambos os níveis.

Tabela 1: Número de títulos de mestres e doutores por 100 mil habitantes na unidade federativa do Amapá, na Região Norte e no Brasil, 2009 e 2023

	Mestres		Doutores	
	2009	2023	2009	2023
Brasil	20,1	31,3	5,9	11,9
Norte	8,7	22,9	0,9	4,9
Amapá	6,4	17,9	0,0	1,8

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023). Tabelas M.TIT.UF.04 e D.TIT.UF.04.

A categoria administrativa das instituições responsáveis pela formação de mestres e doutores é analisada nos gráficos 2 e 3. Para os títulos de mestres, em 2023, a participação das instituições federais foi 100,0% e nas estaduais 0,0%. Para as titulações de doutorado, a participação das instituições federais, em 2023, foi 92,9% e das estaduais foi 7,1% (gráfico 3).

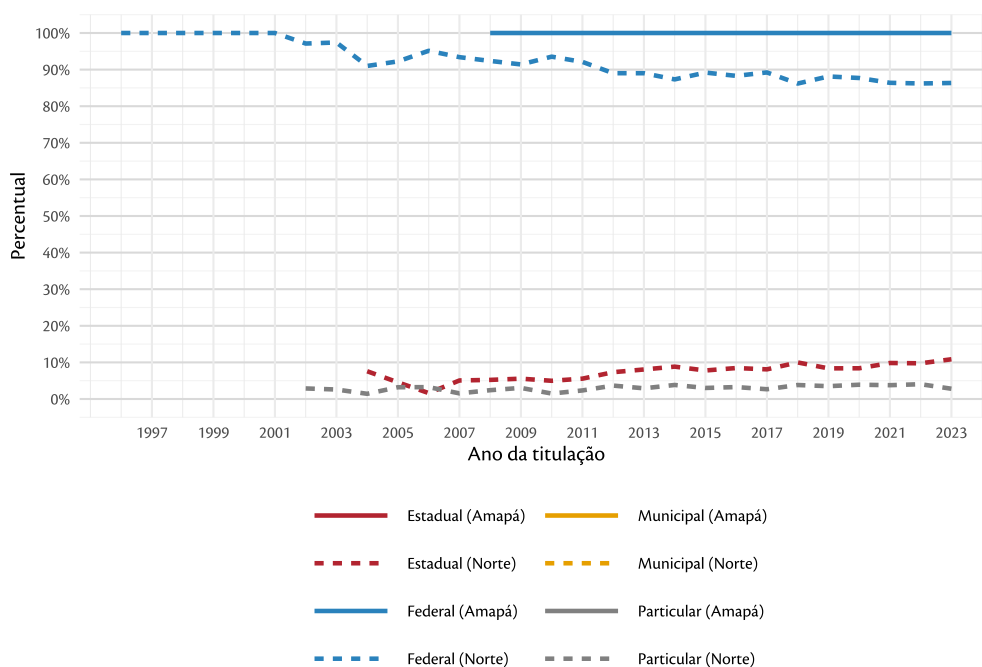


Gráfico 2: Mestres: participação percentual de títulos concedidos por categorias administrativas na unidade federativa do Amapá e Região Norte, 2008-2023 (%)

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023). Tabela M.TIT.UF.06.

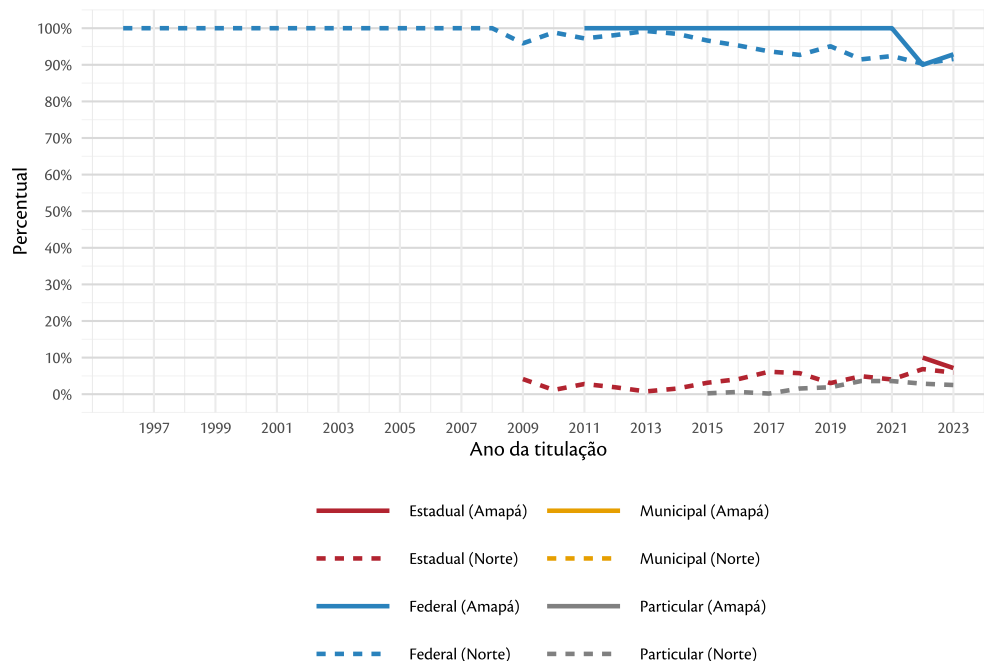


Gráfico 3: Doutores: participação percentual de títulos concedidos por categorias administrativas na unidade federativa do Amapá e Região Norte, 2008-2023 (%)

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023). Tabela D.TIT.UF.06.

A evolução da idade média dos titulados pode ser observada nos gráficos 4 e 5. No caso da idade média dos mestres (gráfico 4), aumentou de 38,2 anos, em 2008, para 38,5 anos em 2023. Já a idade média dos doutores (gráfico 5) diminuiu de 42 anos, em 2011, para 40,1 anos em 2023.

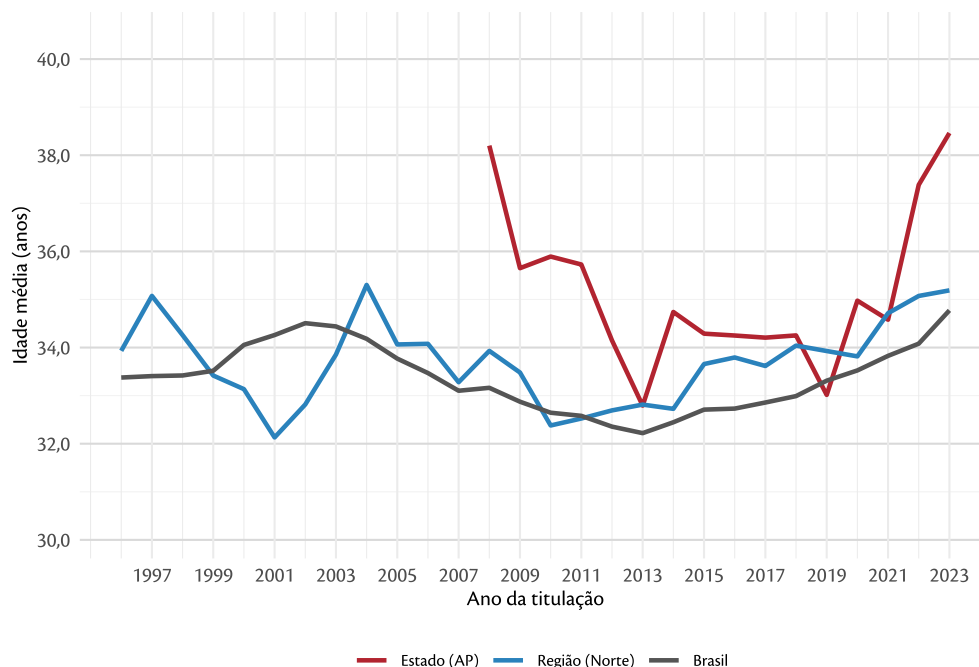


Gráfico 4: Evolução da idade média de titulação de mestres no Brasil, na unidade federativa selecionada e na respectiva região, 1996–2023.

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023). Tabela M.TIT.UF.07.

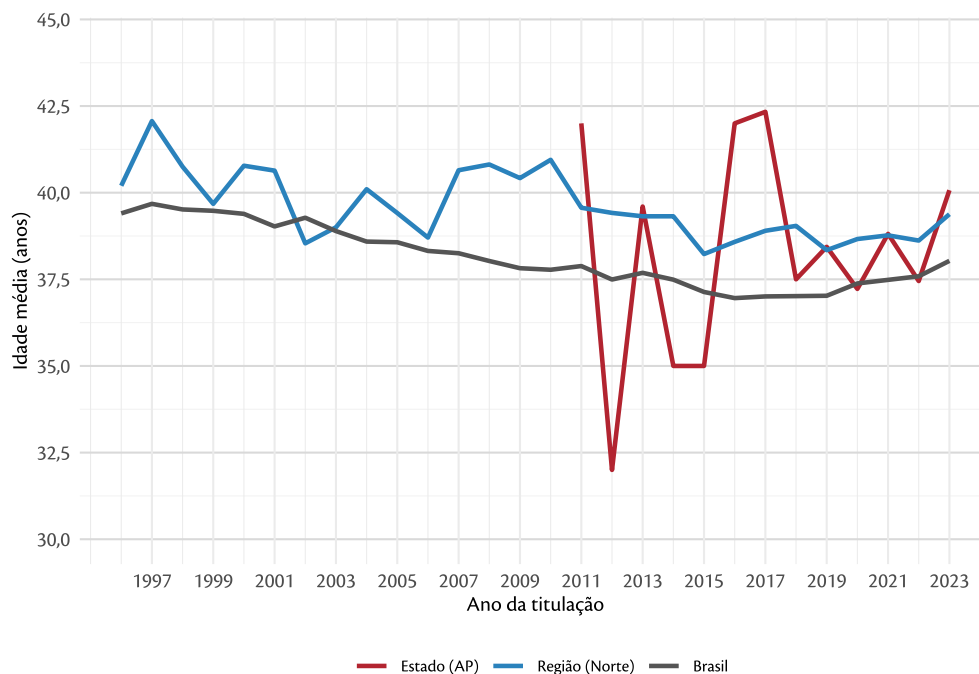


Gráfico 5: Evolução da idade média de titulação de doutores no Brasil, na unidade federativa selecionada e na respectiva região, 1996–2023.

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023). Tabela D.TIT.UF.07.

A distribuição das titulações de mestrado pelas grandes áreas do conhecimento pode ser observada na tabela 2. Em 2023, as maiores participações foram registradas nas grandes áreas *Ciências humanas e Multidisciplinar*. Não houve titulações em *Ciências agrárias, Ciências exatas e da terra e Engenharias*.

No caso dos títulos de doutorado, em 2023, as participações concentraram-se em *Multidisciplinar, Ciências da saúde e Ciências biológicas*. Não houve titulações em *Ciências agrárias, Ciências exatas e da terra, Ciências humanas, Ciências sociais aplicadas, Engenharias e Linguística, letras e artes*.

Tabela 2: Distribuição percentual do número de títulos de mestres e doutores, por grande área do conhecimento, na unidade federativa do Amapá, 2009 e 2023 (%)

Grande área do conhecimento	Mestres		Doutores	
	2009	2023	2009	2023
Ciências agrárias	0,0	0,0	0,0	0,0
Ciências biológicas	37,2	4,9	0,0	7,1
Ciências da saúde	0,0	4,9	0,0	42,9
Ciências exatas e da terra	0,0	0,0	0,0	0,0
Ciências humanas	0,0	44,8	0,0	0,0
Ciências sociais aplicadas	32,6	18,2	0,0	0,0
Engenharias	0,0	0,0	0,0	0,0
Linguística, letras e artes	0,0	1,4	0,0	0,0
Multidisciplinar	30,2	25,9	0,0	50,0
Total	100,0	100,0	0,0	100,0

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (2009 e 2023). Tabelas M.TIT.UF.09 e D.TIT.UF.09.

Um dos indicadores relativos à titulação de M&D se refere à distribuição percentual de títulos de M&D por nota ou conceito de avaliação do Programa de Pós-Graduação realizada pela Capes. A instituição avalia periodicamente os Programas de Pós-Graduação, atribuindo notas de 1 a 7. Notas 1 e 2 são consideradas insatisfatórias; a nota 5 é a máxima para programas que possuem apenas mestrado; e as notas 6 e 7 indicam excelência internacional, restritas a programas com doutorado. Desde 2017, novos cursos aprovados recebem o conceito “A” até que a avaliação quadrienal ocorra, enquanto aqueles vinculados a programas existentes passam a adotar a nota já atribuída ao programa na avaliação anterior. As notas/conceitos atribuídos pela Capes aos programas de pós-graduação, entre 2009 e 2023, podem ser observadas na tabela 3.

Nesse período, a participação de títulos concedidos por programas com avaliação igual ou superior a 6 no mestrado manteve-se em 0,0%, e, no doutorado, manteve-se em 0,0%.

No caso dos programas com avaliação igual a 5, a participação no mestrado aumentou, passando de 0,0% para 6,3%, e, no doutorado, aumentou, passando de 0,0% para 57,1%.

Quanto aos programas com avaliação igual ou inferior a 4, a distribuição no mestrado diminuiu, passando de 100,0% para 93,7%, e, no doutorado, aumentou, passando de 0,0% para 42,9%.

Tabela 3: Distribuição percentual dos títulos de mestrado e doutorado segundo o conceito do programa, na unidade federativa do Amapá, 2009 e 2023 (%)

Conceito	Mestres		Doutores	
	2009	2023	2009	2023
A	0,0	0,0	0,0	0,0
7	0,0	0,0	0,0	0,0
6	0,0	0,0	0,0	0,0
5	0,0	6,3	0,0	57,1
4	37,2	34,3	0,0	42,9
3	62,8	59,4	0,0	0,0
0, 1 e 2	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	0,0	100,0

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (2009–2023). Tabelas M.TIT.UF.11 e D.TIT.UF.11.

4 Emprego

No período 2009-2023, a taxa anual média de crescimento do emprego de mestres e doutores alcançou, respectivamente, 12,1% e 16,3% na unidade federativa do Amapá; 10,8% e 17,8% na Região Norte; e 7,1% e 8,9% no Brasil.

Nesse período, no Amapá, o número de mestres formalmente empregados aumentou de 362 para 1.742 e de doutores de 88 para 700 (gráfico 6).

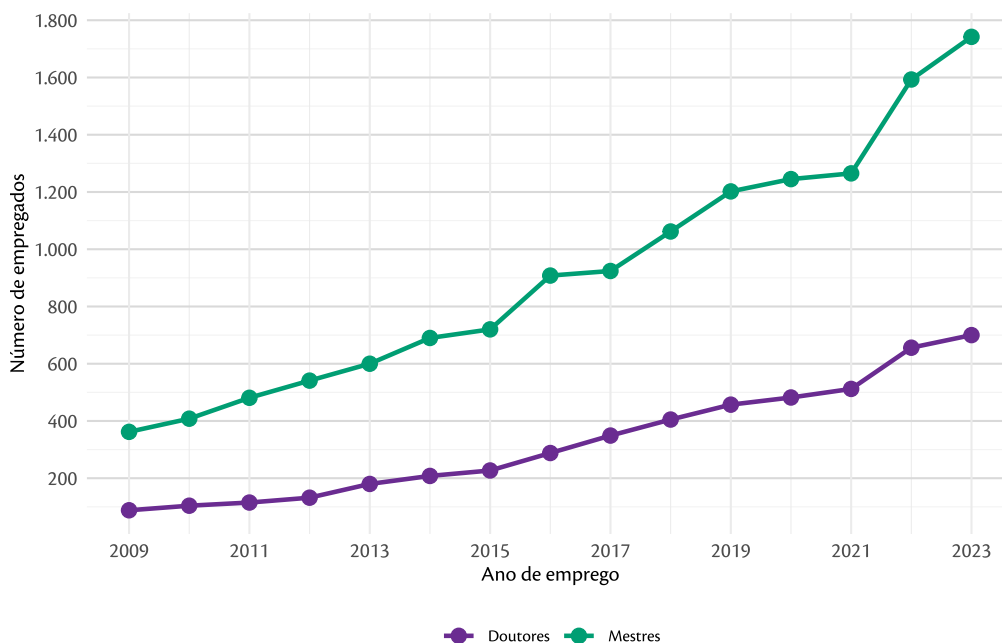


Gráfico 6: Mestres e doutores: Número de empregados formais na unidade federativa selecionada, 2009–2023.
Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023) e Rais/MTE (2009–2023). Tabelas M.EMP.UF.01 e D.EMP.UF.01.

As taxas anuais de crescimento do emprego formal de mestres e de doutores mostraram certo grau de sincronia com os altos e baixos do nível de atividade econômica inferidos pelas taxas anuais de crescimento do PIB e do emprego formal total. Contudo, as flutuações anuais do emprego formal de mestres e de doutores apresentaram maior resiliência às flutuações do nível de atividade (gráfico 7).

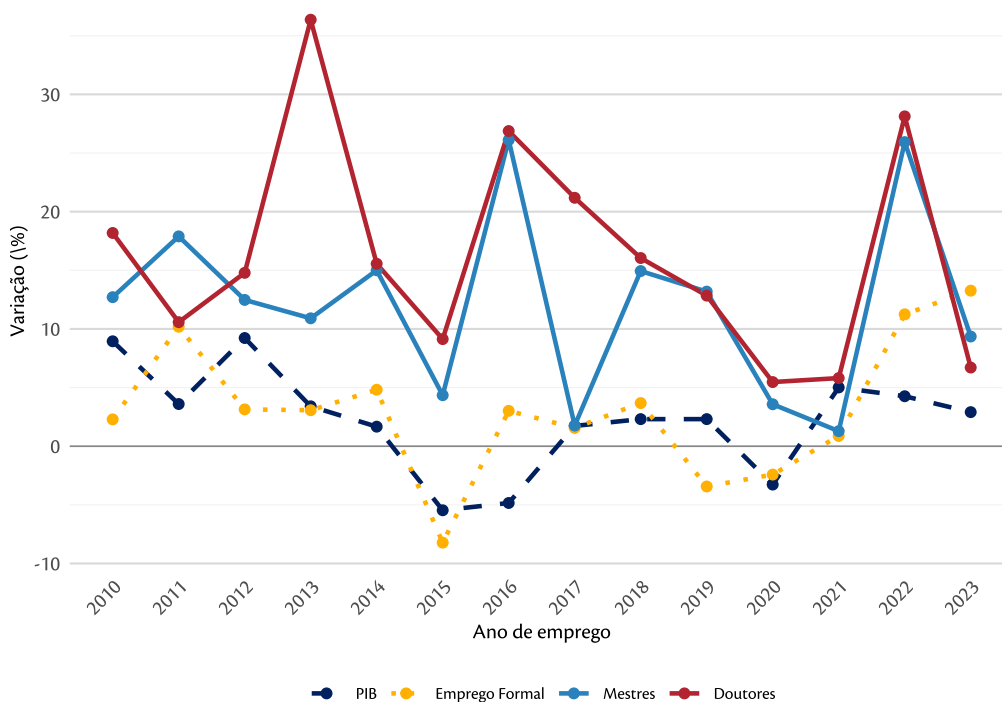


Gráfico 7: Variação anual do PIB, do emprego formal total e do emprego de mestres e doutores na unidade federativa selecionada, 2010–2023 (%).

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023), Rais/MTE (2009–2023) e IBGE. Tabelas M.EMP.UF.02 e D.EMP.UF.02.

A unidade federativa do Amapá e a Região Norte responderam, em 2023, por 0,4% e 6,4% do total de empregos formais de mestres no Brasil, respectivamente. No que se refere a doutores, esses percentuais alcançaram 0,3% na unidade federativa do Amapá e 5,8% na Região Norte.

Conforme apresentado na tabela 4, o número de mestres empregados por mil empregos formais na unidade federativa do Amapá aumentou de 3,4 em 2009 para 11,0 em 2023. Na Região Norte, esse número passou de 3,4 para 9,2 no mesmo período. Em 2023, esse indicador da unidade federativa do Amapá foi superior à média nacional, além de ter sido maior do que o observado na Região Norte.

Em relação ao número de doutores empregados por mil empregos formais, a unidade federativa do Amapá passou de 0,8 em 2009 para 4,4 em 2023. Esse indicador foi superior ao observado na Região Norte (4,2) e igual ao do Brasil (4,4) em 2023.

Tabela 4: Número de mestres e doutores empregados por mil empregos formais, na unidade federativa do Amapá, 2009 e 2023

Local	Mestres		Doutores	
	2009	2023	2009	2023
Brasil	4,5	8,8	1,8	4,4
Norte	3,4	9,2	0,8	4,2
Amapá	3,4	11,0	0,8	4,4

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023) e Rais/MTE (2009 e 2023). Tabelas M.EMP.03 e D.EMP.03.

Em 2023, a distribuição de mestres empregados por natureza jurídica do estabelecimento empregador no Amapá foi maior em *Administração pública estadual* (com 43,8% do total) e em *Administração pública federal* (36,9%). No Brasil, os mestres se empregaram mais em *Empresas privadas* (26%) e na *Administração pública federal* (18,8%). Entre os doutores empregados, sobressaem, na unidade federativa do Amapá, a *Administração pública federal* (72,4%) e a *Administração pública estadual* (19,6%), e, no Brasil, a *Administração pública federal* (45,3%) e a *Administração pública estadual* (17,8%).

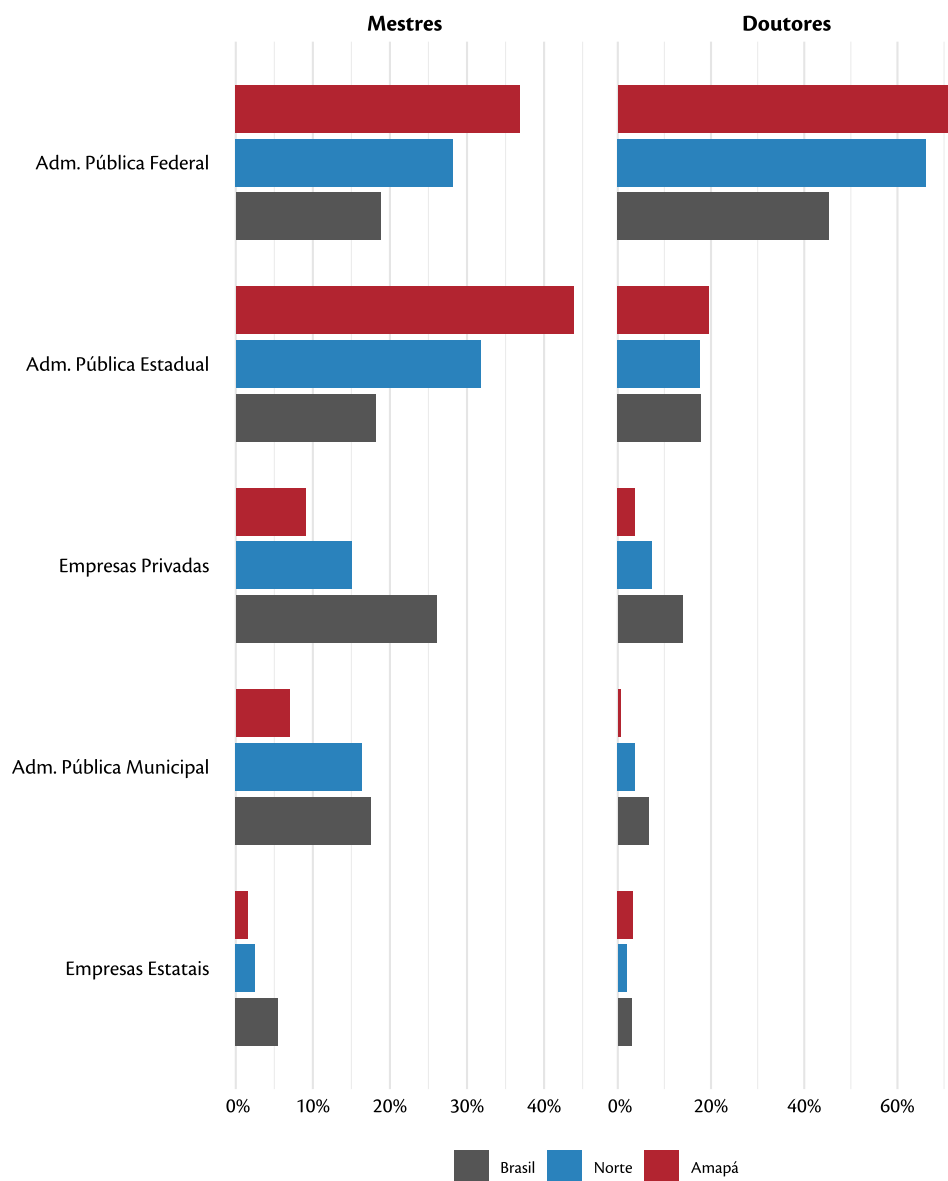


Gráfico 8: Mestres e doutores: Distribuição de empregados por natureza jurídica do empregador na unidade federativa do Amapá, 2023 (%).

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023) e Rais/MTE (2009–2023). Tabelas M.EMP.UF.05 e D.EMP.UF.05.

Em relação à distribuição do emprego por tamanho do estabelecimento empregador em 2023 (tabela 5), no Amapá, *Grandes estabelecimentos* concentravam a maior proporção de mestres empregados, com 84,7%, seguidos por *Estabelecimentos de médio porte* (7,2%). Entre os doutores, o padrão é semelhante, com predominância de *Grandes estabelecimentos* (92,4%), seguidos por *Pequenos estabelecimentos* (5,9%).

Tabela 5: Distribuição percentual dos empregados entre os mestres e doutores titulados, por tamanho do estabelecimento empregador, na unidade federativa do Amapá, Região Norte e Brasil, 2023 (%)

	Mestres	Doutores
Brasil	100,0	100,0
Microestabelecimentos	4,4	1,8
Estabelecimentos de pequeno porte	10,6	5,9
Estabelecimentos de médio porte	19,6	17,5
Grandes estabelecimentos	65,4	74,8
Norte	100,0	100,0
Microestabelecimentos	2,7	0,8
Estabelecimentos de pequeno porte	7,2	3,4
Estabelecimentos de médio porte	15,1	10,1
Grandes estabelecimentos	75,0	85,7
Amapá	100,0	100,0
Microestabelecimentos	1,6	0,3
Estabelecimentos de pequeno porte	6,5	5,9
Estabelecimentos de médio porte	7,2	1,4
Grandes estabelecimentos	84,7	92,4

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023) e Rais/MTE (2023). Tabelas M.EMP.UF.08 e D.EMP.UF.08.

A distribuição dos mestres e doutores empregados por seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) na unidade federativa do Amapá, em 2009 e 2023, pode ser observada no gráfico 9. Entre os mestres, predominam as seções *Administração pública, defesa e seguridade social*, que apresentou diminuição de 56,6% em 2009 para 56,1% em 2023; e *Educação*, que cresceu de 35,1% para 38,7% no mesmo período. No caso dos doutores, as seções mais frequentes foram *Educação*, que apresentou crescimento de 55,7% em 2009 para 72,9% em 2023; e *Administração pública, defesa e seguridade social*, que cresceu de 21,6% para 23,3% no mesmo período.

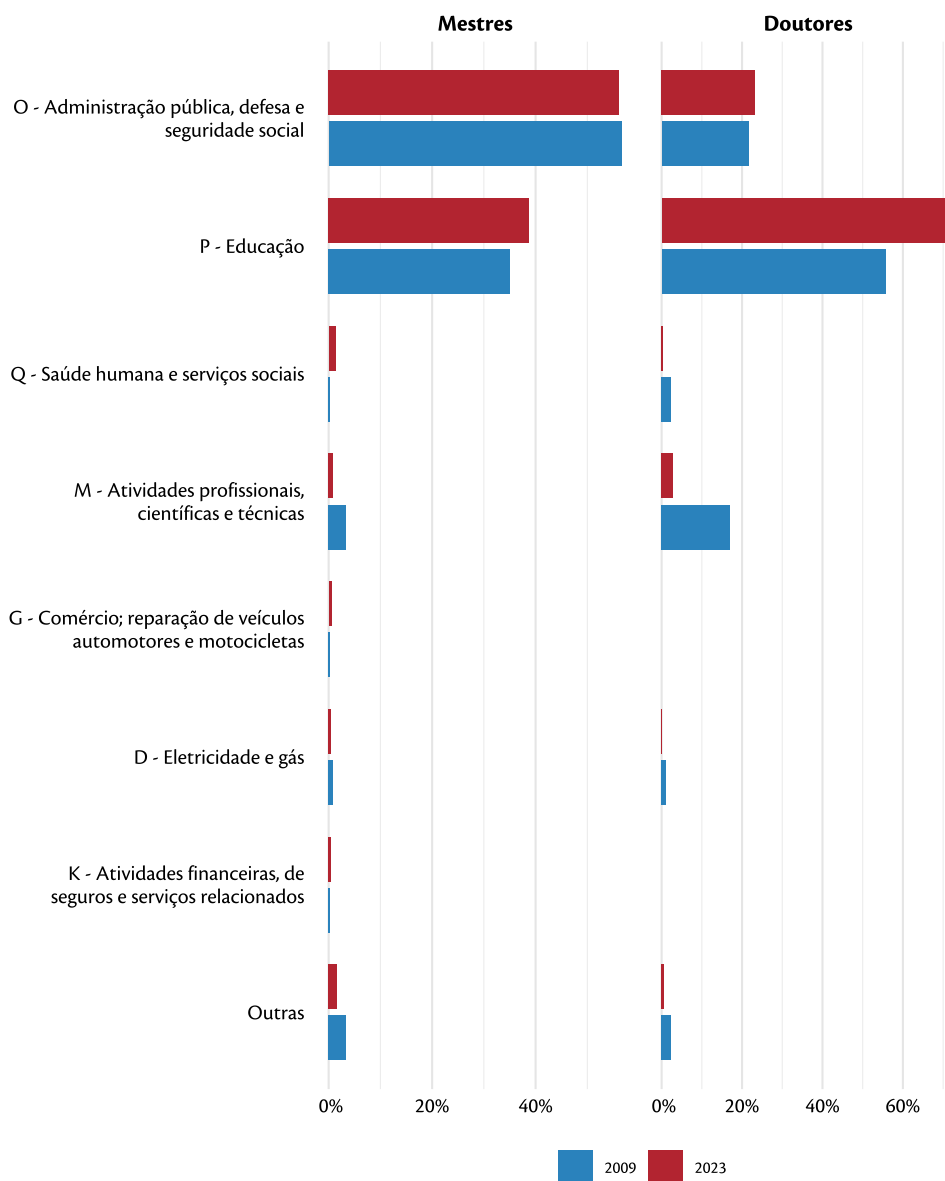


Gráfico 9: Mestres e doutores: Distribuição de empregados por seções da CNAE na unidade federativa selecionada, 2009 e 2023 (%).

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023) e Rais/MTE (2009 e 2023). Tabelas M.EMP.UF.10 e D.EMP.UF.10.

No que se refere à distribuição de mestres empregados por grandes grupos ocupacionais da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) na unidade federativa do Amapá, em 2009 e 2023, observa-se a concentração nos grandes grupos *Profissionais das ciências e das artes*, que cresceu de 51,8% para 74,9% e *Membros superiores do poder público, dirigentes e gerentes*, que cresceu de 3,3% para 9,9%. Entre os doutores, os grandes grupos mais frequentes foram *Profissionais das ciências e das artes*, que cresceu de 79,5% para 91,3% e *Membros superiores do poder público, dirigentes e gerentes*, que diminuiu de 9,1% para 5,9%.

Tabela 6: Distribuição percentual de mestres e doutores empregados, por grandes grupos ocupacionais da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) na unidade federativa do Amapá, 2009 e 2023 (%)

Grande grupo ocupacional (CBO)	Mestres		Doutores	
	2009	2023	2009	2023
0. Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	0,0	1,5	0,0	0,1
1. Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações	3,3	9,9	9,1	5,9
2. Profissionais das ciências e das artes	51,8	74,9	79,5	91,3
3. Técnicos de nível médio	1,4	5,1	0,0	2,1
4. Trabalhadores de serviços administrativos	42,7	6,8	11,4	0,6
5. Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio	0,6	1,7	0,0	0,0
7. Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	0,3	0,1	0,0	0,0
8. Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	0,0	0,1	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023) e Rais/MTE (2009 e 2023). Tabelas M.EMP.UF.13 e D.EMP.UF.13.

5 Remuneração

No período 2009-2023, a remuneração mensal média de mestres e doutores empregados na unidade federativa do Amapá pode ser observada no gráfico 10. Destaca-se que, em 2023, a remuneração mensal média de doutores foi superior à dos mestres em R\$ 4.411,69.

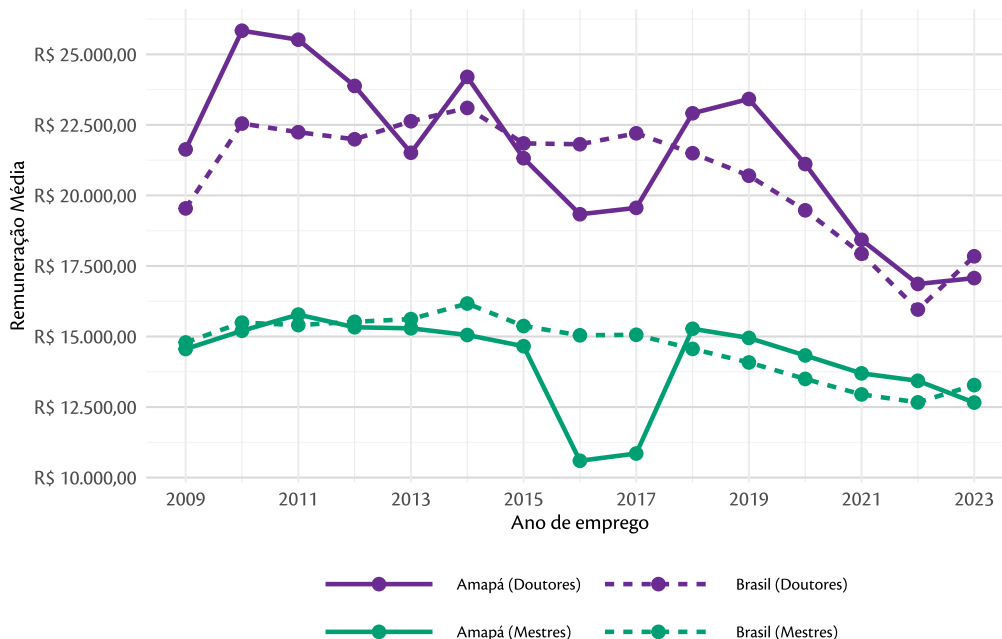


Gráfico 10: Mestres e doutores: Remuneração mensal média na unidade federativa do Amapá, 2009–2023 (R\$ constantes de 12/2023).

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023) e Rais/MTE (2009–2023).

Nota: Valores a preços constantes de dezembro de 2023 corrigidos pelo INPC (IBGE). Tabelas M.REM.UF.01 e D.REM.UF.01.

Em 2023, a remuneração mensal média de mestres, na unidade federativa Amapá (R\$ 12.659,00), foi 13% menor do que o observado em 2009. Além disso, percebe-se que a remuneração desses recursos humanos na unidade federativa do Amapá foi maior do que a de mestres na Região Norte (R\$ 12.498,40), porém menor do que a média do Brasil (R\$ 13.263,19).

Em relação aos doutores, a remuneração média caiu 21,1% entre 2009 e 2023. Ao comparar com a remuneração dos doutores com emprego formal em 2023 na Região Norte (R\$ 18.499,13), percebe-se que a remuneração dos doutores, na unidade federativa Amapá (R\$ 17.070,69), foi menor, e menor do que a média do país (R\$ 17.821,22).

A remuneração mensal média de mestres e doutores empregados na unidade federativa do Amapá por grande área do conhecimento em 2023 pode ser observada no gráfico 11 e no gráfico 12. Em relação aos mestres, as grandes áreas que tiveram remuneração superior à média do Amapá (R\$ 12.659,00) foram: *Ciências agrárias* (R\$ 16.884,18); *Ciências sociais aplicadas* (R\$ 15.097,81); *Linguística, letras e artes* (R\$ 13.444,05); *Ciências exatas e da terra* (R\$ 13.153,52); e *Ciências humanas* (R\$ 13.007,10). Em relação aos doutores, as grandes áreas que se destacaram, acima da média da unidade federativa (R\$ 17.070,69), são:

Ciências agrárias (R\$ 21.516,01); *Ciências sociais aplicadas* (R\$ 20.063,89); *Engenharias* (R\$ 19.666,88); e *Multidisciplinar* (R\$ 17.519,67).

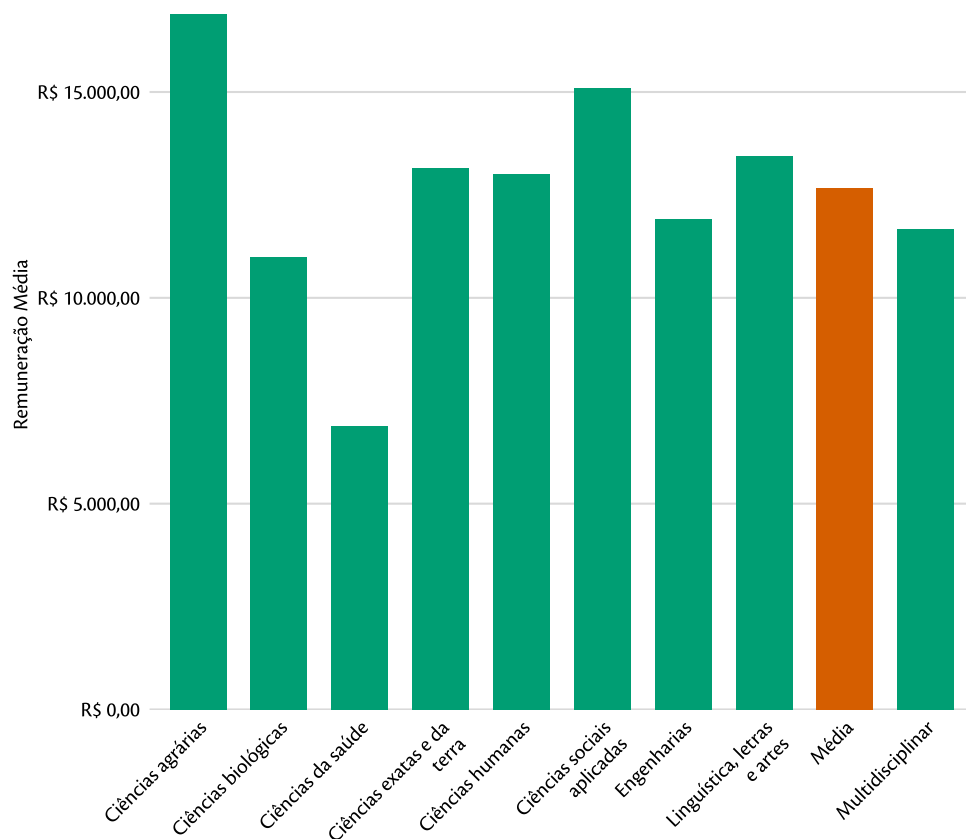


Gráfico 11: Mestres: Remuneração mensal média por grande área do conhecimento na unidade federativa do Amapá, 2023 (R\$ constantes de 12/2023).

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023) e Rais/MTE (2023).

Nota: (*) Valores a preços constantes de dezembro de 2023 corrigidos pelo INPC (IBGE). Tabela M.REM.UF.04.

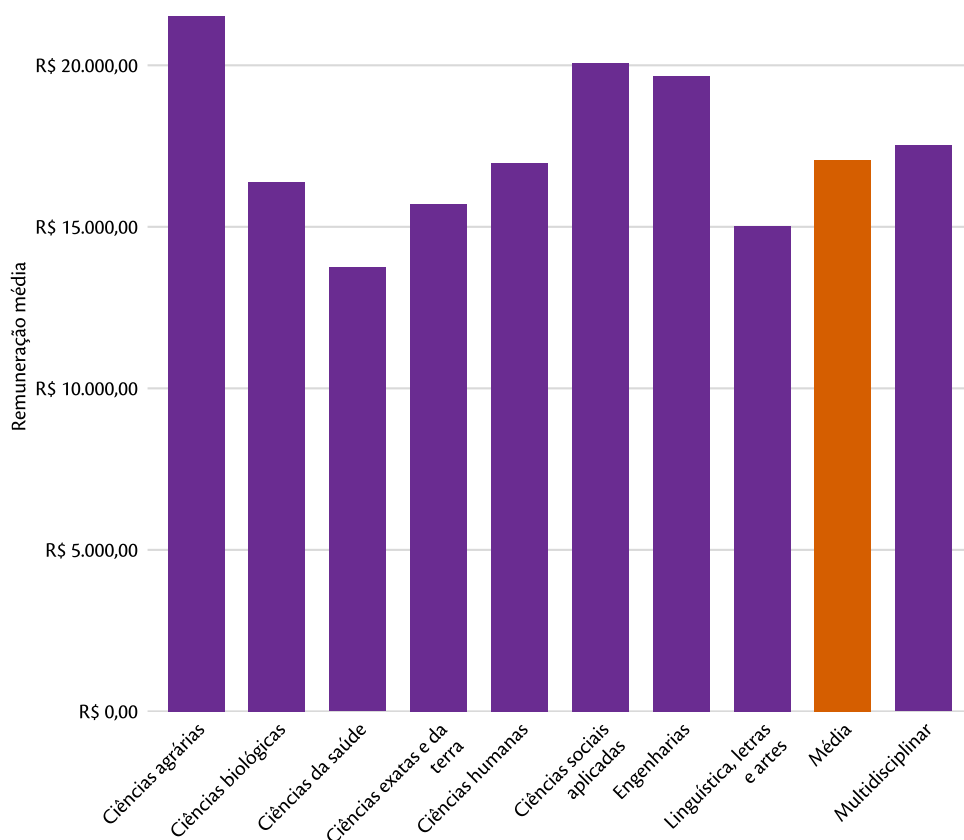


Gráfico 12: Doutores: Remuneração mensal média por grande área do conhecimento na unidade federativa do Amapá, 2023 (R\$ constantes de 12/2023). (*)

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023) e Rais/MTE (2023).

Nota: (*) Valores a preços constantes de dezembro de 2023 corrigidos pelo INPC (IBGE). Tabela D.REM.UF.04.

Os gráficos 13 e 14 apresentam as dez áreas do conhecimento com maiores remunerações mensais médias de mestres e doutores, respectivamente, na unidade federativa do Amapá em 2023. Para os mestres, destacam-se as áreas de *Direito* (R\$ 26.330,18), *Agronomia* (R\$ 24.997,30) e *Recursos florestais e engenharia florestal* (R\$ 18.276,47). Em relação aos doutores, as áreas com maiores remunerações médias foram: *Engenharia sanitária* (R\$ 27.677,69), *Recursos florestais e engenharia florestal* (R\$ 27.174,57) e *Direito* (R\$ 25.503,34).

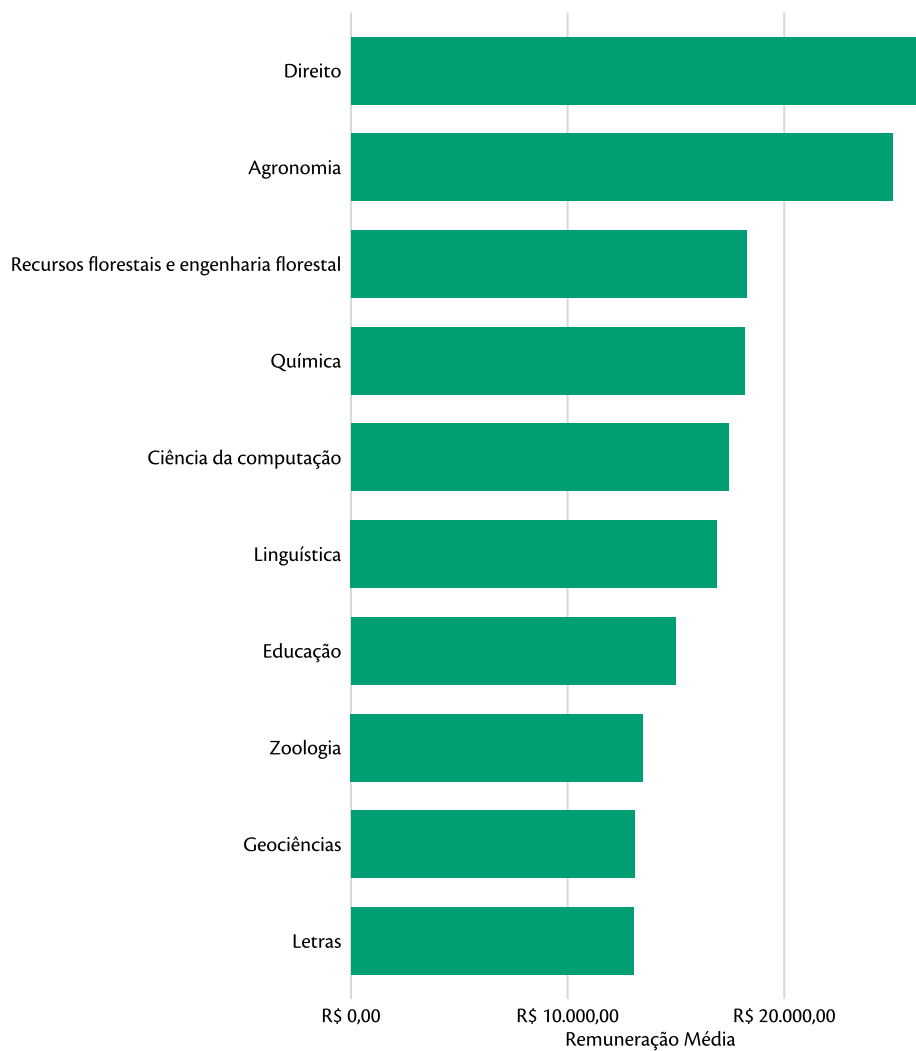


Gráfico 13: Mestres: Remuneração mensal média das áreas do conhecimento de mais elevada remuneração, na unidade federativa do Amapá, 2023 (R\$ constantes de 12/2023). (*)

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023) e Rais/MTE (2023).

Nota: (*) Valores a preços constantes de dezembro de 2023 corrigidos pelo INPC (IBGE). Tabela M.REM.UF.14.

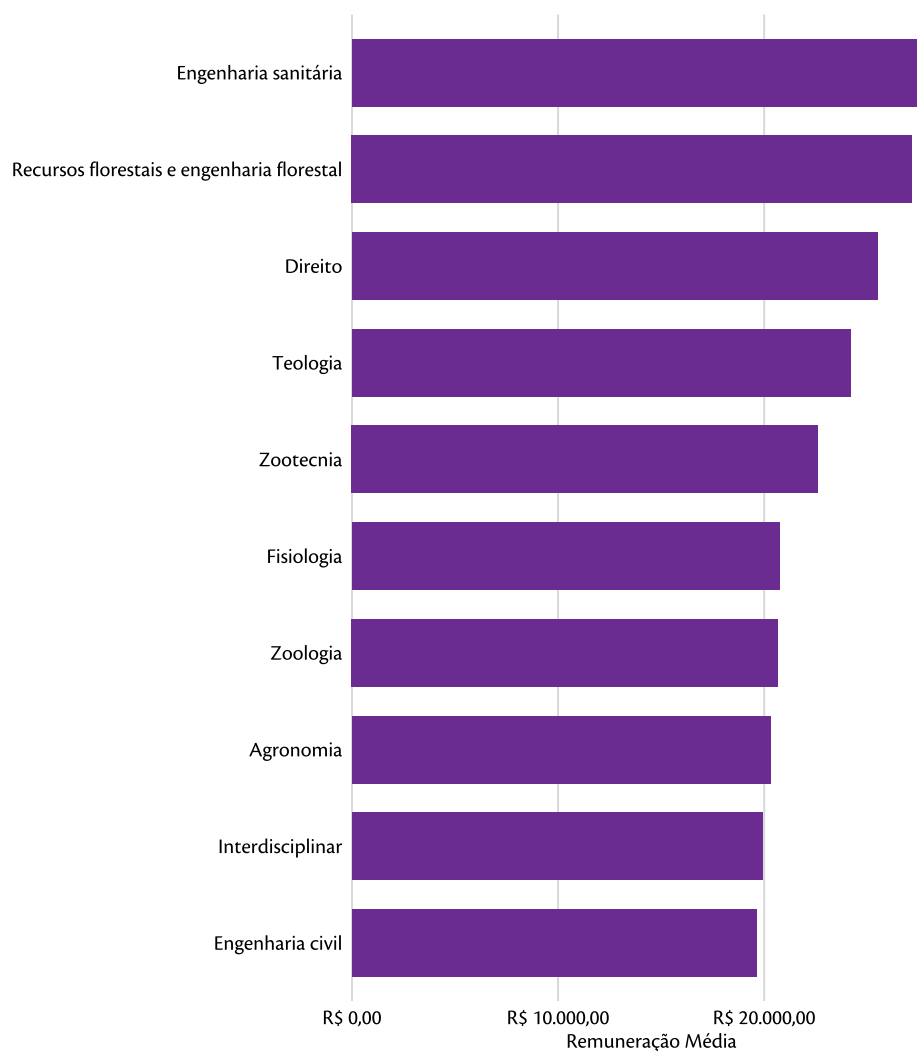


Gráfico 14: Doutores: Remuneração mensal média das áreas do conhecimento de mais elevada remuneração, na unidade federativa do Amapá, 2023 (R\$ constantes de 12/2023). (*)

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023) e Rais/MTE (2023).

Nota: (*) Valores a preços constantes de dezembro de 2023 corrigidos pelo INPC (IBGE). Tabela D.REM.UF.14.

Em relação à Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE, seção), as maiores remunerações para mestres empregados do Amapá em 2023 foram em: *Atividades profissionais, científicas e técnicas* (R\$ 29.542,50), *Administração pública, defesa e seguridade social* (R\$ 18.164,16) e *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados* (R\$ 11.928,82). Para os doutores empregados na unidade federativa do Amapá, destacam-se as atividades: *Atividades profissionais, científicas e técnicas* (R\$ 40.006,72); *Administração pública, defesa e seguridade social* (R\$ 24.564,94); e *Educação* (R\$ 15.739,31). Em 2023, não houve atividades econômicas onde a remuneração mensal média dos mestres superou a dos doutores na unidade federativa (gráfico 15).

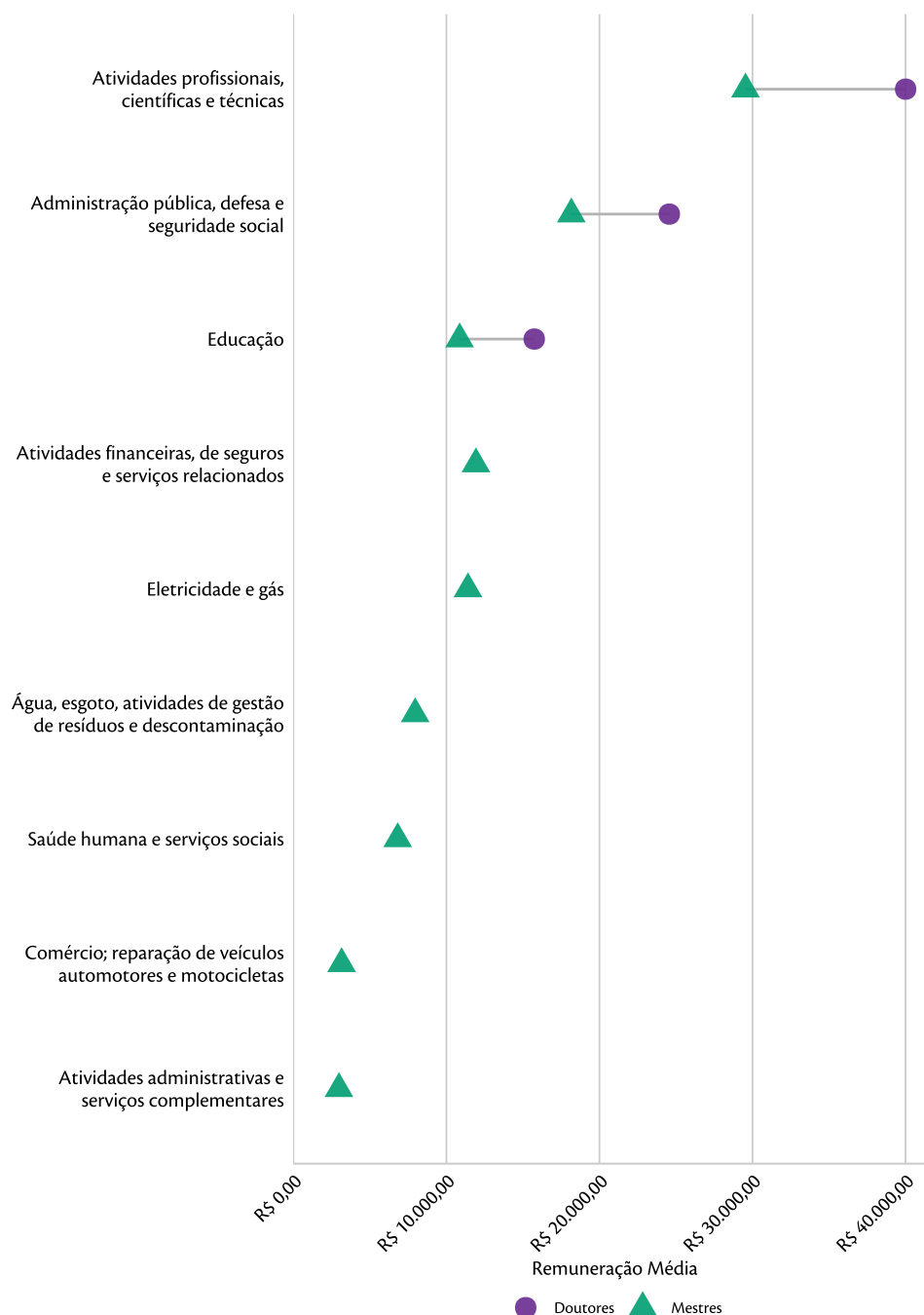


Gráfico 15: Mestres e doutores: Remuneração mensal média por seção da CNAE na unidade federativa do Amapá, 2023 (R\$ constantes de 12/2023). (*)

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023) e Rais/MTE (2023).

Nota: (*) Valores a preços constantes de dezembro de 2023 corrigidos pelo INPC (IBGE). Tabelas M.REM.UF.05 e D.REM.UF.05.

A tabela 7 apresenta a remuneração mensal média dos mestres e doutores empregados do Amapá segundo os Grandes grupos da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) em 2023. As CBOs com maiores remunerações médias dos mestres foram: *Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes* (R\$ 19.661,60); *Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados* (R\$ 16.815,56); e *Profissionais das ciências e das artes*

(R\$ 12.854,87). Em relação aos doutores, as três CBOs com maiores médias de remuneração naquele ano foram: *Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes* (R\$ 42.852,56); *Profissionais das ciências e das artes* (R\$ 17.118,07); e *Técnicos de nível médio* (R\$ 14.114,56).

Tabela 7: Frequência e remuneração mensal média de mestres e doutores titulados por CBO, na unidade federativa do Amapá, 2023 (R\$ constantes de 12/2023). (*)

Grande grupo ocupacional (CBO)	Mestres		Doutores	
	Frequência	Remuneração	Frequência	Remuneração
Membros das forças armadas, policiais e bombeiros militares	26	2.245,76	X	X
Membros superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas, gerentes	172	19.661,60	41	42.852,56
Profissionais das ciências e das artes	1.305	12.854,87	639	17.118,07
Técnicos de nível médio	89	10.202,24	15	14.114,56
Trabalhadores de serviços administrativos	118	9.927,69	4	1.793,97
Trabalhadores dos serviços, vendedores do comércio em lojas e mercados	30	16.815,56	X	X
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	X	X	X	X
Trabalhadores da produção de bens e serviços industriais	X	X	X	X

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023) e Rais/MTE (2023).

Nota: (*) Valores a preços constantes de dezembro de 2023 corrigidos pelo INPC (IBGE). Tabelas M.REM.UF.07 e D.REM.UF.07.

6 Mobilidade

Nesta seção, será apresentado um conjunto de indicadores que permitem uma visão detalhada sobre a titulação e o emprego de mestres e doutores, sob o aspecto da mobilidade desses recursos humanos no território nacional. Os indicadores se referem às unidades da Federação da titulação e do emprego de mestres e doutores, considerando diferentes possibilidades de mobilidade.

A população de mestres e doutores considerada a cada ano é formada pelo conjunto dos indivíduos que obtiveram seus respectivos títulos no Brasil durante o período que vai de 1996 até 2023. A situação de emprego é aferida no dia 31 de dezembro do ano de referência, com base nos registros da Rais de cada ano.

A tabela 8 apresenta as variáveis e os indicadores de mobilidade de mestres e doutores referentes à unidade federativa do Amapá.

Tabela 8: Variáveis e indicadores de mobilidade de mestres e doutores na unidade federativa do Amapá

	Mestres		Doutores	
	2009	2023	2009	2023
Variáveis				
Total de titulados no AP, empregados em qualquer UF (a)	54	843	0	91
Total de titulados em qualquer UF, empregados no AP (b)	362	1.742	88	700
Titulados e empregados no AP (c)	49	753	0	79
Titulados no AP e empregados em outra UF (d)	5	90	0	12
Titulados em outras unidades federativas, que estão empregados no AP (e)	313	989	88	621
Indicadores				
Grau de absorção intraestadual (c/a)	90,7%	89,3%	..	86,8%
Grau de absorção interestadual (d/a)	9,3%	10,7%	..	13,2%
Grau de captação intraestadual no mercado de trabalho (c/b)	13,5%	43,2%	0%	11,3%
Grau de atração interestadual no mercado de trabalho (e/b)	86,5%	56,8%	100%	88,7%
Saldo de migração (b-a)	308	899	88	609

Fonte: Elaboração própria do CGEE.

Os graus de absorção intraestadual e interestadual revelam como os titulados formados na unidade federativa do Amapá se distribuem no mercado de trabalho, indicando se estão empregados na própria unidade federativa ou em outras unidades da Federação. Esses indicadores mostram, de forma complementar, a parcela do pessoal qualificado que permanece atuando localmente, refletida no Grau de absorção intraestadual (GABIntra), e aquela que se emprega em outra unidade federativa, captada pelo Grau de absorção interestadual (GABInter).

O GABIntra corresponde à proporção de titulados no Amapá que se encontram empregados na própria unidade federativa, medindo o quanto a unidade federativa retém os profissionais que formou. Já o GABInter representa a parcela desses titulados empregados em outra unidade da Federação, indicando o quanto a unidade federativa “exporta” mestres ou doutores.

A Tabela 9 apresenta os critérios utilizados para classificar os níveis de absorção intraestadual e interestadual.

Tabela 9: Classificação dos níveis de Grau de absorção intraestadual e interestadual

Grau de absorção intraestadual	Grau de absorção interestadual	Classificação da absorção
GABIntra \geq 80%	GABInter < 20%	Absorção intraestadual muito elevada Absorção interestadual muito baixa
De 60% a 80%	De 20% a 45%	Absorção intraestadual elevada Absorção interestadual baixa
De 45% a 60%	De 45% a 60%	Absorção intraestadual moderada Absorção interestadual moderada
De 20% a 45%	De 60% a 80%	Absorção intraestadual baixa Absorção interestadual elevada
GABIntra < 20%	GABInter \geq 80%	Absorção intraestadual muito baixa Absorção interestadual muito elevada

Fonte: Elaboração própria do CGEE.

O GABIntra da unidade federativa do Amapá para mestres passou de 90,7%, em 2009, para 89,3%, em 2023, indicando que, em 2023, cerca de 9 a cada 10 mestres titulados na unidade federativa se encontravam empregados na própria unidade federativa do Amapá. De forma complementar, o GABInter foi de 9,3%, em 2009, e 10,7%, em 2023, indicando a parcela dos mestres titulados no Amapá que se encontram empregados em outras unidades federativas. Em 2023, a unidade federativa do Amapá ocupou a 1ª posição nacional, caracterizando uma absorção intraestadual muito elevada e, portanto, uma absorção interestadual muito baixa, conforme os critérios apresentados na Tabela 9.



Gráfico 16: Mestres: Grau de absorção intraestadual e interestadual de titulados no Brasil, com emprego formal, 2009 e 2023 (%).
Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023) e Rais/MTE (2009 e 2023). Tabelas M.MOB.UF.01 e M.MOB.UF.02.

O GABIntra da unidade federativa do Amapá para doutores foi de 86,8%, em 2023, indicando que, em 2023, cerca de 9 a cada 10 doutores titulados no Amapá se encontravam empregados na própria unidade federativa. Em contrapartida, o GABInter alcançou 13,2% em 2023,, indicando a parcela de doutores titulados no Amapá que se encontravam empregados em outras unidades da Federação. No cenário nacional de 2023, a unidade federativa do Amapá situou-se na 1ª posição, caracterizando um padrão de absorção intraestadual muito elevada e, conseqüentemente, uma absorção interestadual muito baixa.



Gráfico 17: Doutores: Grau de absorção intraestadual e interestadual, 2009 e 2023 (%).

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023) e Rais/MTE (2009 e 2023).

Nota: (1) Alguns estados apresentaram esse indicador nulo em 2009, por não terem titulações no referido ano. Tabelas D.MOB.UF.01 e D.MOB.UF.02.

Os graus de captação intraestadual e atração interestadual no mercado de trabalho analisam a relação entre a unidade da Federação de titulação e a do emprego. Permite-se identificar, com isso, se os profissionais empregados na unidade federativa do Amapá foram titulados na própria unidade federativa (captação) ou em outras unidades da Federação (atração). Esses indicadores são complementares, ou seja, são proporções que somam 100% dos mestres e doutores empregados formalmente na unidade federativa do Amapá.

O grau de captação intraestadual (GCapIntra) se refere à proporção desses empregados que se titularam na própria unidade federativa do Amapá, indicando o quanto essa unidade federativa captura, em seu

mercado de trabalho, os titulados na unidade federativa. Por outro lado, o Grau de Atração interestadual (GAInter) se refere à proporção dos titulados em outras unidades federativas que se empregaram no Amapá, revelando o quanto a unidade federativa atrai de pessoal qualificado de outros locais.

A Tabela 10 apresenta os critérios utilizados para classificar os níveis de captação intraestadual e de atração interestadual.

Tabela 10: Classificação dos níveis de Grau de captação intraestadual e atração interestadual

Grau de captação intraestadual	Grau de atração interestadual	Classificação da captação/atração
GCapIntra \geq 80%	GAInter $<$ 20%	Captação intraestadual muito elevada Atração interestadual muito baixa
De 60% a 80%	De 20% a 45%	Captação intraestadual elevada Atração interestadual baixa
De 45% a 60%	De 45% a 60%	Captação intraestadual moderada Atração interestadual moderada
De 20% a 45%	De 60% a 80%	Captação intraestadual baixa Atração interestadual elevada
GCapIntra $<$ 20%	GAInter \geq 80%	Captação intraestadual muito baixa Atração interestadual muito elevada

Fonte: Elaboração própria do CGEE.

O GCapIntra do Amapá para mestres passou de 13,5%, em 2009, para 43,2%, em 2023, indicando que, nesse ano, aproximadamente 4 a cada 10 mestres empregados no Amapá se titularam nessa mesma unidade federativa. De forma associada, o GAlnter alcançou 86,5% em 2009, e 56,8% em 2023, indicando a parcela de empregados no Amapá, nesses anos, que se titularam em outras unidades da Federação. Em 2023, a unidade federativa do Amapá ocupou a 26ª posição nacional, caracterizando uma captação intraestadual baixa e, de modo complementar, um nível de atração interestadual moderada, conforme os critérios da Tabela 10.



Gráfico 18: Mestres: Grau de captação intraestadual e atração interestadual no mercado de trabalho de titulados no Brasil, com emprego formal, 2009 e 2023 (%).

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023) e Rais/MTE (2009 e 2023). Tabelas M.MOB.UF.03 e M.MOB.UF.05.

O GCapIntra do Amapá para doutores passou de 0%, em 2009, para 11,3%, em 2023, indicando, nesse

ano, que cerca de 9 a cada 10 doutores empregados no Amapá obtiveram sua titulação em outras unidades da Federação. De forma complementar, o GAInter foi de 100%, em 2009, e 88,7%, em 2023, indicando a proporção de profissionais empregados no Amapá que se titularam em outras unidades da Federação. Em 2023, a unidade federativa situou-se na 25ª posição nacional, evidenciando um nível de captação intraestadual muito baixa e, paralelamente, um padrão de atração interestadual muito elevada, conforme os critérios definidos na Tabela 10.



Gráfico 19: Doutores: Grau de captação intraestadual e atração interestadual no mercado de trabalho de titulados no Brasil, com emprego formal, 2009 e 2023 (%).
Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023) e Rais/MTE (2009 e 2023). Tabelas D.MOB.UF.03 e D.MOB.UF.05.

O saldo de migração corresponde às diferenças entre duas variáveis. A primeira é o número de mestres ou de doutores que obtiveram seus títulos em determinada unidade da Federação entre 1996 e 2023,

que possuíam emprego formal em 2023 em qualquer lugar do Brasil. A segunda variável é o número de mestres ou de doutores titulados entre 1996 e 2023 em qualquer unidade da Federação, que tinham emprego formal na referida unidade no ano de 2023.

Como pode ser observado no gráfico 20, o saldo de migração de mestres no Amapá, em 2023, é positivo, indicando que a unidade federativa importou 899 mestres. No caso de doutores, ilustrado no gráfico 21, o saldo do Amapá é positivo, o que significa que a unidade federativa importou 609 doutores.

Os fluxos de mestres e doutores podem ser explorados com filtros de áreas do conhecimento, ano, origens e destinos no link <https://mestresdoutores2024.cgEE.org.br/-/4.6-matriz-mobilidade>, disponibilizado pelo Observatório de Recursos Humanos para CT&I no site do CGEE.

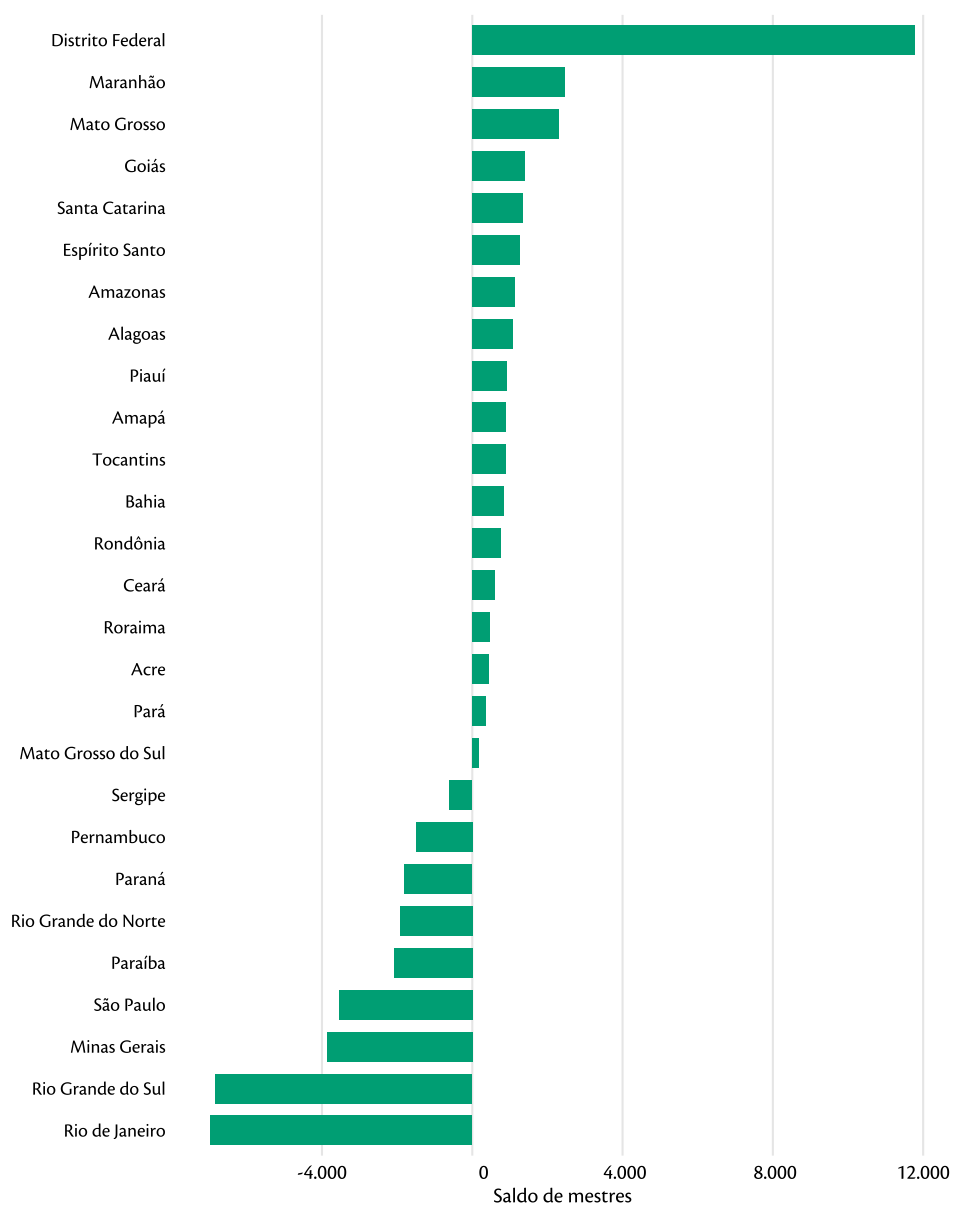


Gráfico 20: Mestres: Saldo de migração de titulados no Brasil, com emprego formal, 2023.

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023) e Rais/MTE (2023). Tabela M.MOB.UF.04.

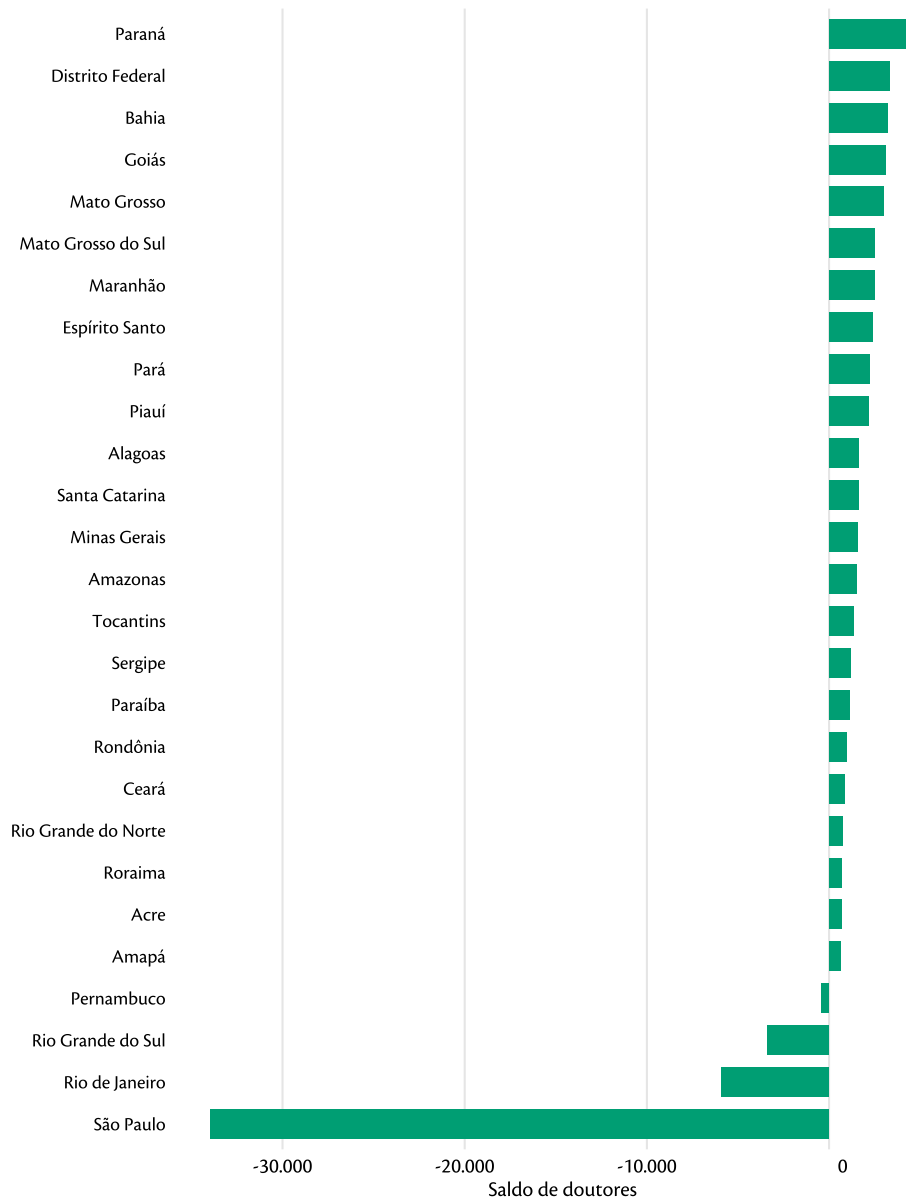


Gráfico 21: Doutores: Saldo de migração de titulados no Brasil, com emprego formal, 2023.

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023) e Rais/MTE (2023). Tabela D.MOB.UF.04.

7 Mulheres

A proporção de mulheres entre os mestres titulados na unidade federativa do Amapá aumentou de 45%, em 2008, para 57,7% em 2023. Na Região Norte, a participação de mulheres passou de 38,5%, em 1996, para 59,2% em 2023, e no Brasil, de 49,9% para 58,3% (gráfico 22).

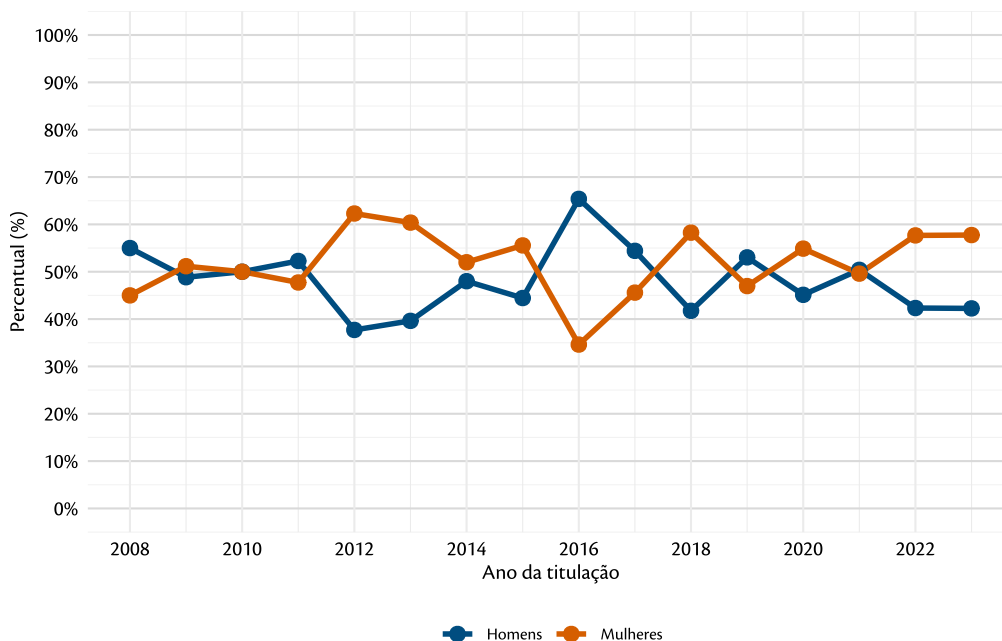


Gráfico 22: Mestres: Proporção de mulheres e homens entre os titulados, na unidade federativa do Amapá, 2008–2023 (%).
Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023). Tabela M.TIT.UF.12.

No caso das doutoras tituladas na unidade federativa do Amapá, a proporção de mulheres diminuiu de 100%, em 2011, para 50% em 2023. Na Região Norte, a participação de mulheres passou de 47,6% para 52,9% no período, enquanto no Brasil variou de 44,3% para 54,3%.

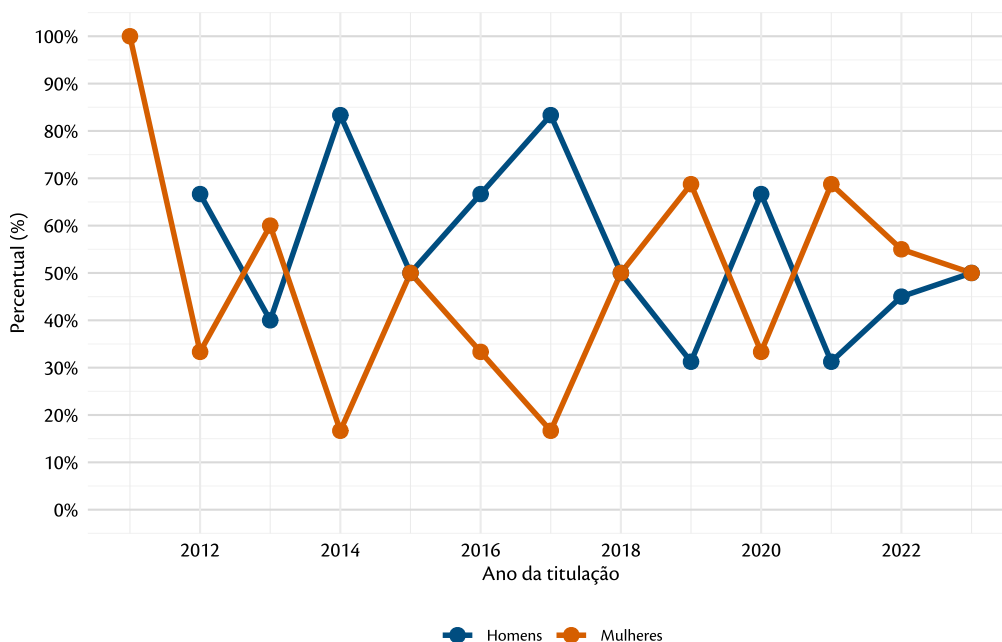


Gráfico 23: Doutores: Proporção de mulheres e homens entre os titulados, na unidade federativa do Amapá, 2011–2023 (%).
Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023). Tabela D.TIT.UF.12.

A distribuição percentual de mestres e doutores titulados por grande área do conhecimento e sexo na unidade federativa do Amapá, em 2023, pode ser observada nos gráficos 24 e 25. A proporção de titulação de mestres mulheres supera a dos homens em todas as grandes áreas, exceto *Linguística, letras e artes*. No caso dos doutores, essa proporção é menor que a dos homens nas grandes áreas *Ciências biológicas e Multidisciplinar*.

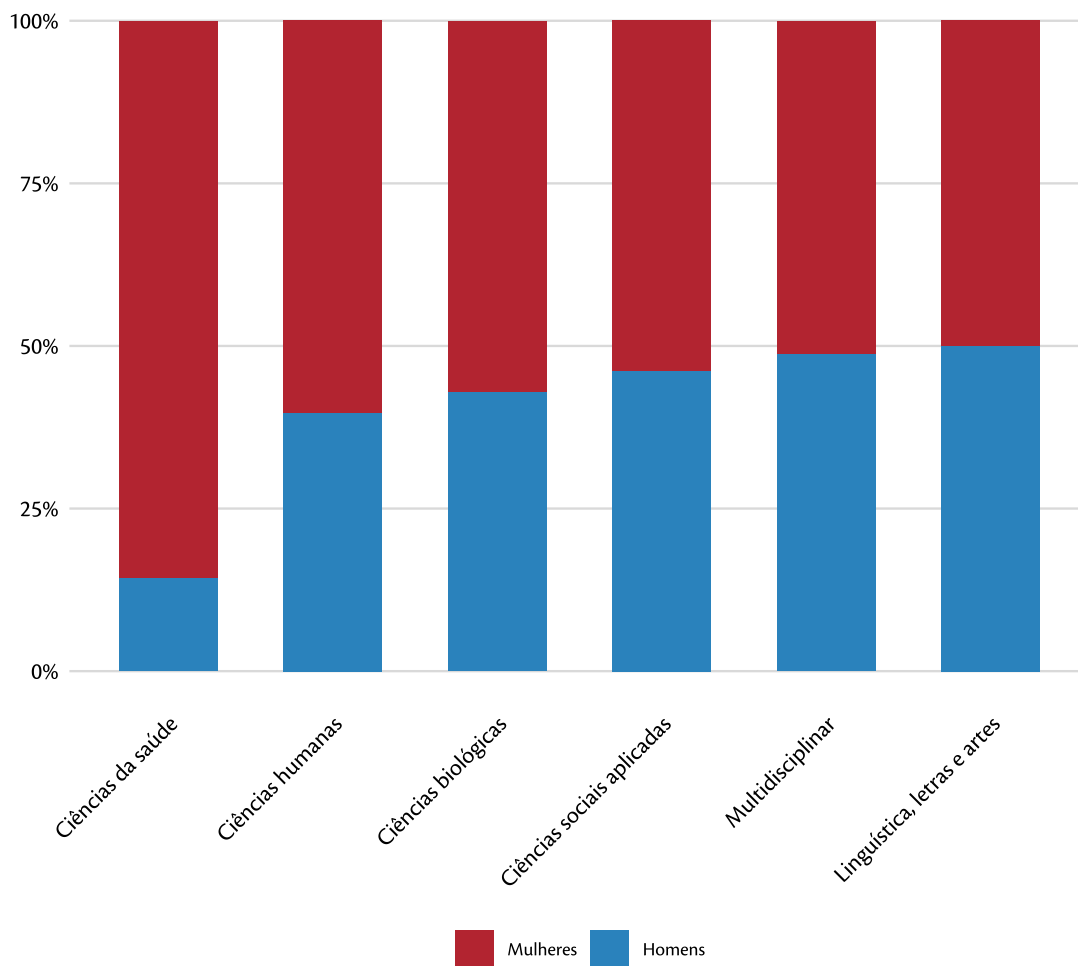


Gráfico 24: Mestres: Distribuição percentual de titulados, por grande área do conhecimento e sexo, na unidade federativa do Amapá, 2023 (%).

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023). Tabela M.TIT.UF.15.

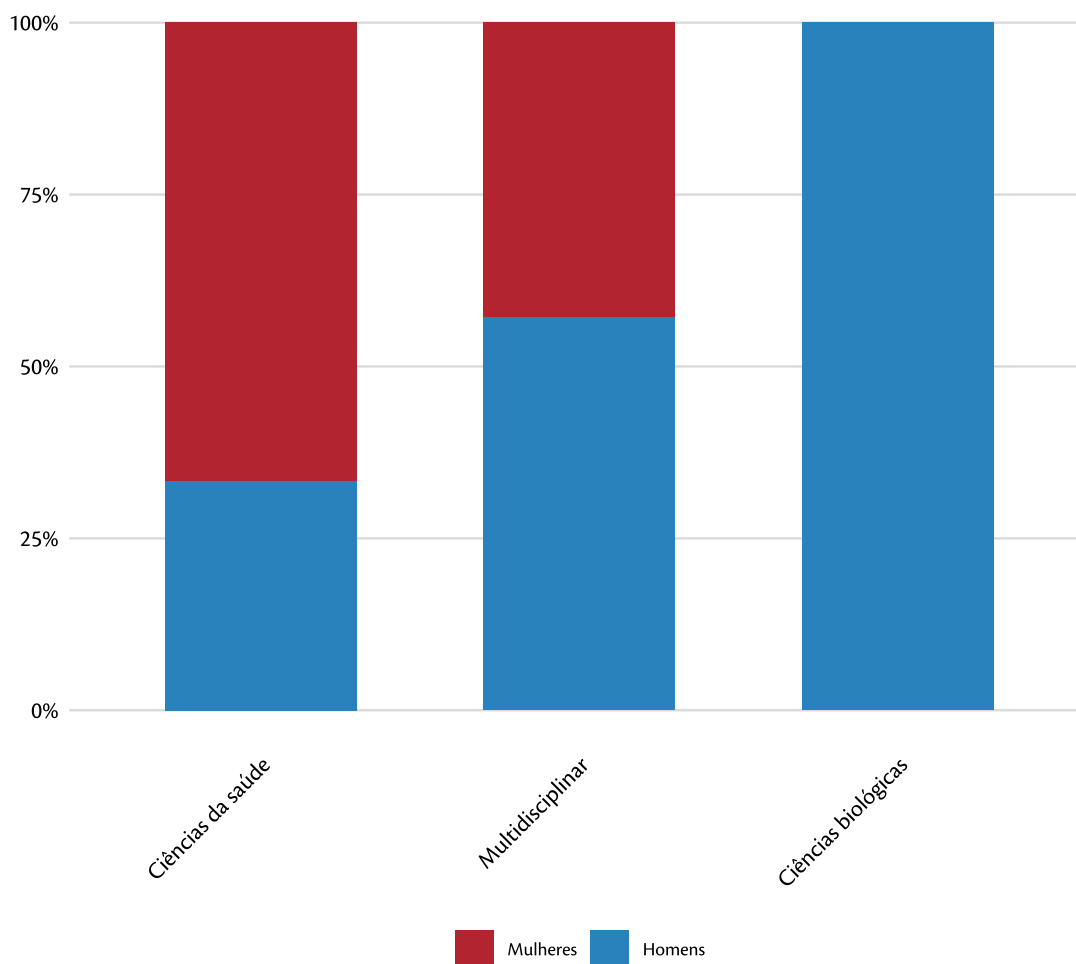


Gráfico 25: Doutores: Distribuição percentual de titulados, por grande área do conhecimento e sexo, na unidade federativa do Amapá, 2023 (%).

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023). Tabela D.TIT.UF.15.

As participações de mulheres no emprego formal de mestres e de doutores no Amapá podem ser verificadas no gráfico 26. Em 2009, a participação de mulheres mestres foi de 52,5%, alcançando 51,3% em 2023, o que representou uma taxa de crescimento de -2,2% no período. Em 2023, a proporção de mulheres entre os titulados mestres é maior do que a de mulheres mestres empregadas.

Já as doutoras tiveram uma participação de 42% no emprego em 2009 e de 47,4% em 2023, com taxa de crescimento de 12,8%. Em 2023, a proporção de mulheres entre os titulados doutores é maior do que a de mulheres doutoras empregadas na unidade federativa do Amapá.

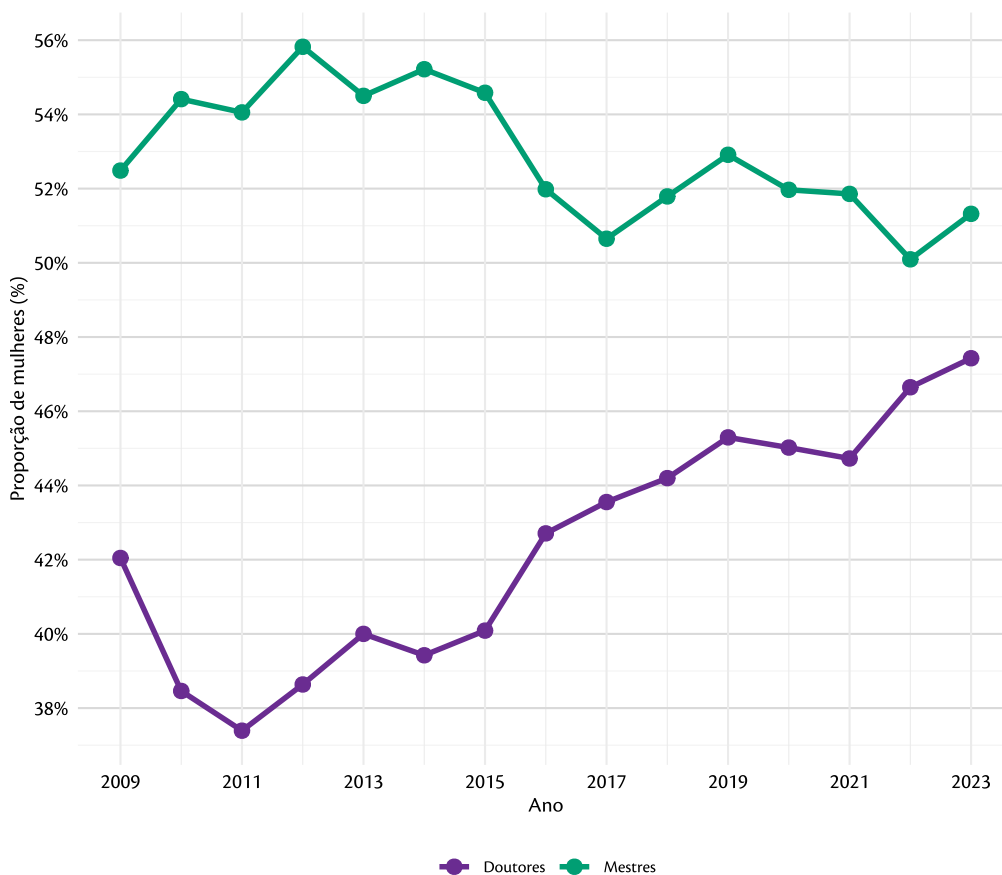


Gráfico 26: Mestres e doutores: Proporção de mulheres entre os empregados, 2009–2023 (%).

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023) e Rais/MTE (2009–2023). Tabelas M.EMP.UF.15 e D.EMP.UF.15.

A remuneração mensal média de mulheres mestres empregadas na unidade federativa do Amapá, em valores constantes de dezembro de 2023, diminuiu de R\$ 13.536,99, em 2009, para R\$ 12.309,45, em 2023. Entre os mestres homens, a remuneração diminuiu de R\$ 15.676,96 para R\$ 12.994,51 nesse período. Na Região Norte, a remuneração das mulheres diminuiu de R\$ 12.265,83 para R\$ 11.126,97, entre 2009 e 2023, enquanto a dos homens diminuiu de R\$ 15.810,72 para R\$ 14.110,98. No Brasil, a remuneração média das mulheres diminuiu de R\$ 12.424,27, em 2009, para R\$ 11.231,99, em 2023, e a dos homens diminuiu de R\$ 17.282,53 para R\$ 15.675,94 (gráfico 27).

Entre as doutoras empregadas na unidade federativa do Amapá, a remuneração mensal média, em valores constantes diminuiu de R\$ 18.398,75, em 2009, para R\$ 16.413,89, em 2023. Entre os doutores homens, a remuneração média diminuiu de R\$ 24.022,99, em 2009, para R\$ 17.660,67, em 2023. Na Região Norte, a remuneração média das mulheres com doutorado diminuiu de R\$ 19.677,95 para R\$ 17.535,29, enquanto a dos homens diminuiu de R\$ 21.652,90 para R\$ 19.384,27. No Brasil, a remuneração mensal média das doutoras diminuiu de R\$ 17.908,04, em 2009, para R\$ 16.179,12, ao passo que a dos doutores homens diminuiu de R\$ 21.059,68 para R\$ 19.529,90 no mesmo período (gráfico 28).

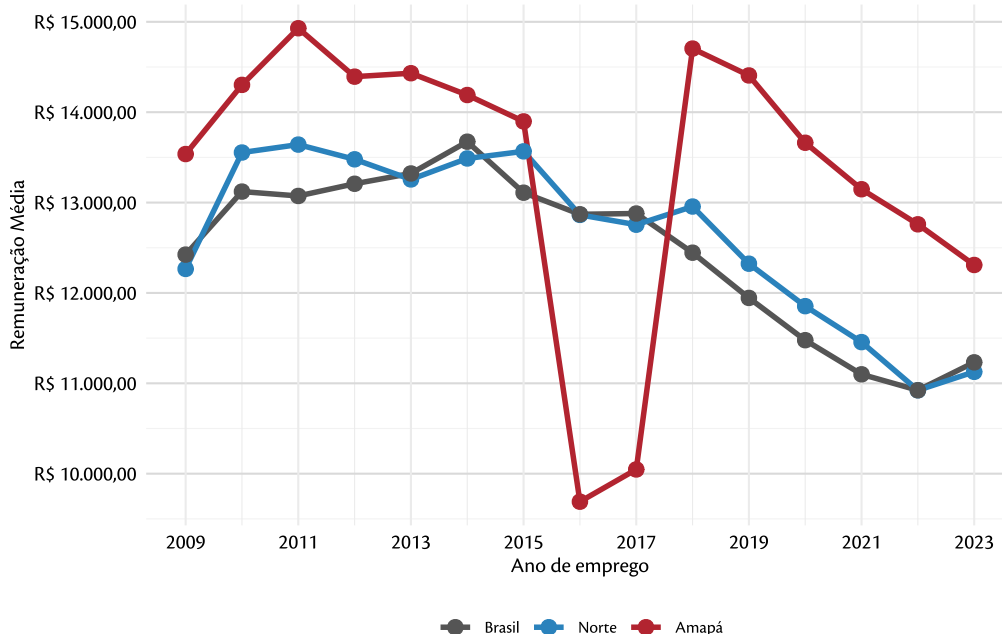


Gráfico 27: Mestres: Remuneração mensal média de mulheres no Brasil, Região Norte e unidade federativa do Amapá, 2009–2023 (R\$ constantes de 12/2023). (*)

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023) e Rais/MTE (2009–2023).

Nota: (*) Valores a preços constantes de dezembro de 2023 corrigidos pelo INPC (IBGE). Tabela M.REM.UF.10.

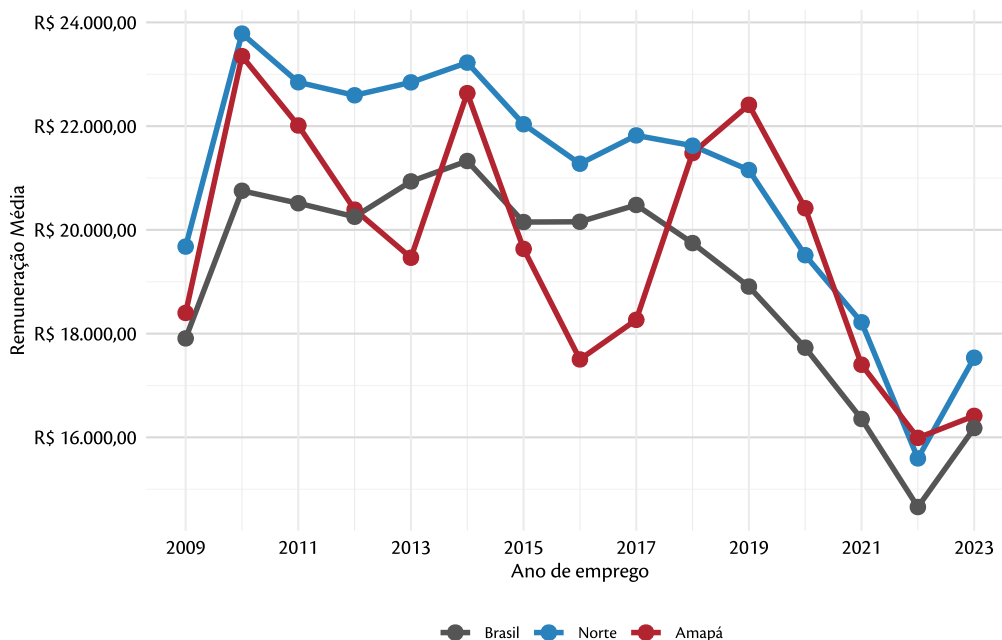


Gráfico 28: Doutores: Remuneração mensal média de mulheres no Brasil, Região Norte e unidade federativa do Amapá, 2009–2023 (R\$ constantes de 12/2023). (*)

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023) e Rais/MTE (2009–2023).

Nota: (*) Valores a preços constantes de dezembro de 2023 corrigidos pelo INPC (IBGE). Tabela D.REM.UF.10.

A remuneração média de mestres mulheres no Amapá correspondeu a 86,3% da remuneração dos mestres homens, em 2009, e a 94,7% em 2023. Assim, houve uma redução na assimetria remuneratória entre mulheres e homens com título de mestre na unidade federativa. No mesmo período analisado, a assimetria diminuiu tanto na Região Norte, quanto no Brasil (Gráfico 29).

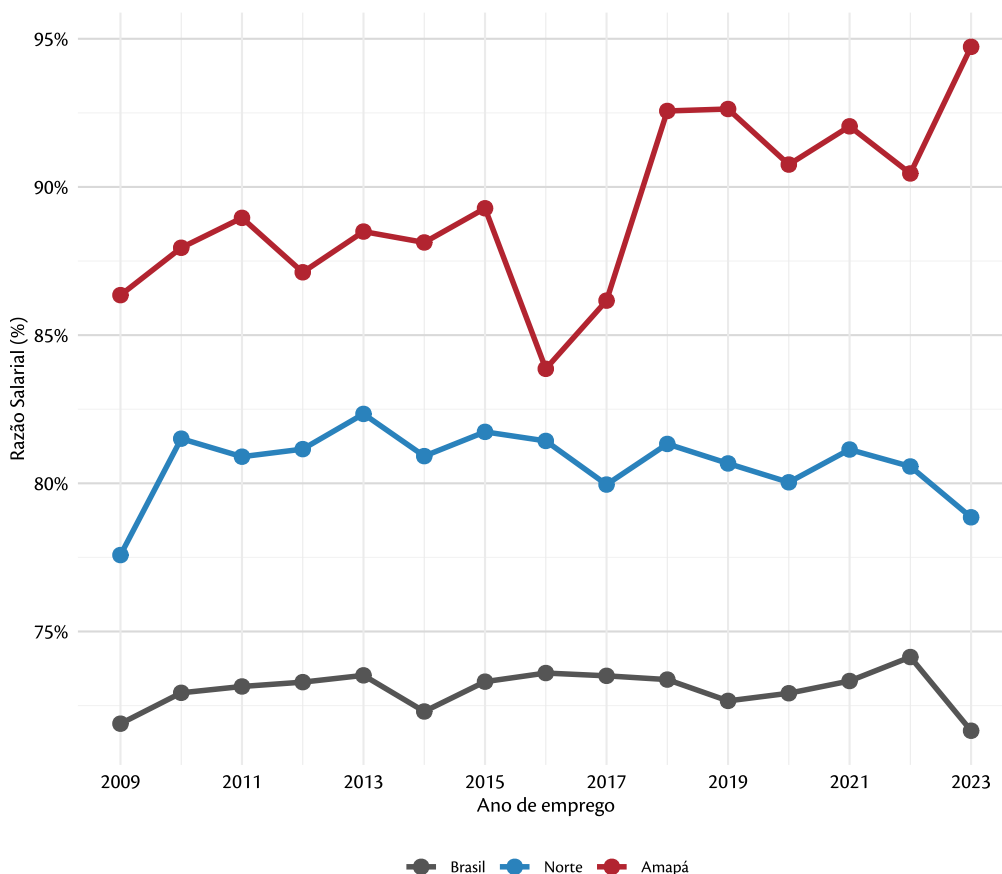


Gráfico 29: Mestres: Remuneração mensal média de mulheres como porcentagem à dos homens no Brasil, na unidade federativa do Amapá e Região Norte, 2009–2023 (%).

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023) e Rais/MTE (2009–2023). Tabela M.REM.UF.11.

No caso de doutores, a remuneração média das mulheres no Amapá correspondeu a 76,6% da remuneração dos homens em 2009, e a 92,9% em 2023. Dessa forma, observou-se a redução da assimetria entre doutoras e doutores na unidade federativa. Ademais, tanto no Brasil, quanto na Região Norte, a assimetria da remuneração de doutores entre homens e mulheres aumentou (Gráfico 30).

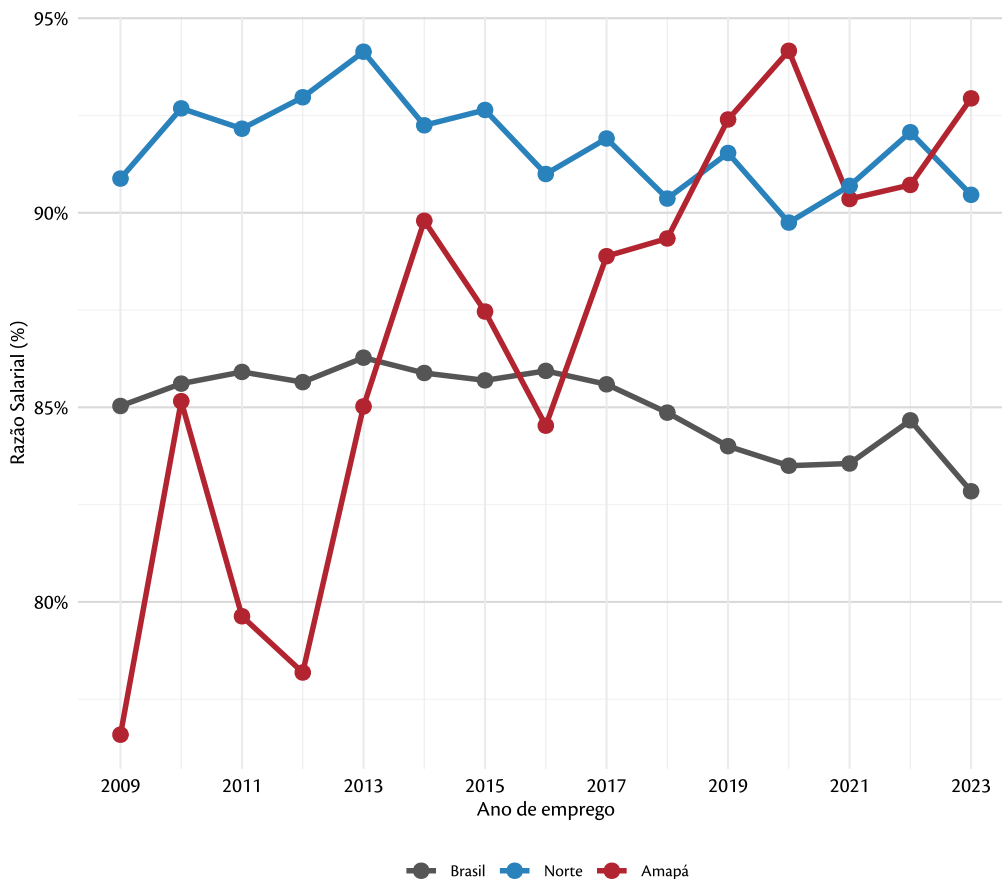


Gráfico 30: Doutoradas: Remuneração mensal média de mulheres com percentagem à dos homens no Brasil, na unidade federativa do Amapá e Região Norte, 2009–2023 (%).

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023) e Rais/MTE (2009–2023). Tabela D.REM.UF.11.

As diferenças entre a remuneração mensal média de mestres mulheres e mestres homens na unidade federativa do Amapá são maiores nas grandes áreas do conhecimento *Ciências exatas e da terra* e *Engenharias*, com as mulheres recebendo 78,2% e 84,2% da remuneração dos homens. No caso de doutoras, as maiores diferenças ocorrem nas grandes áreas *Ciências sociais aplicadas* e *Ciências exatas e da terra*, nas quais as doutoras recebem 64,1% e 72,4% da remuneração dos doutores, respectivamente.

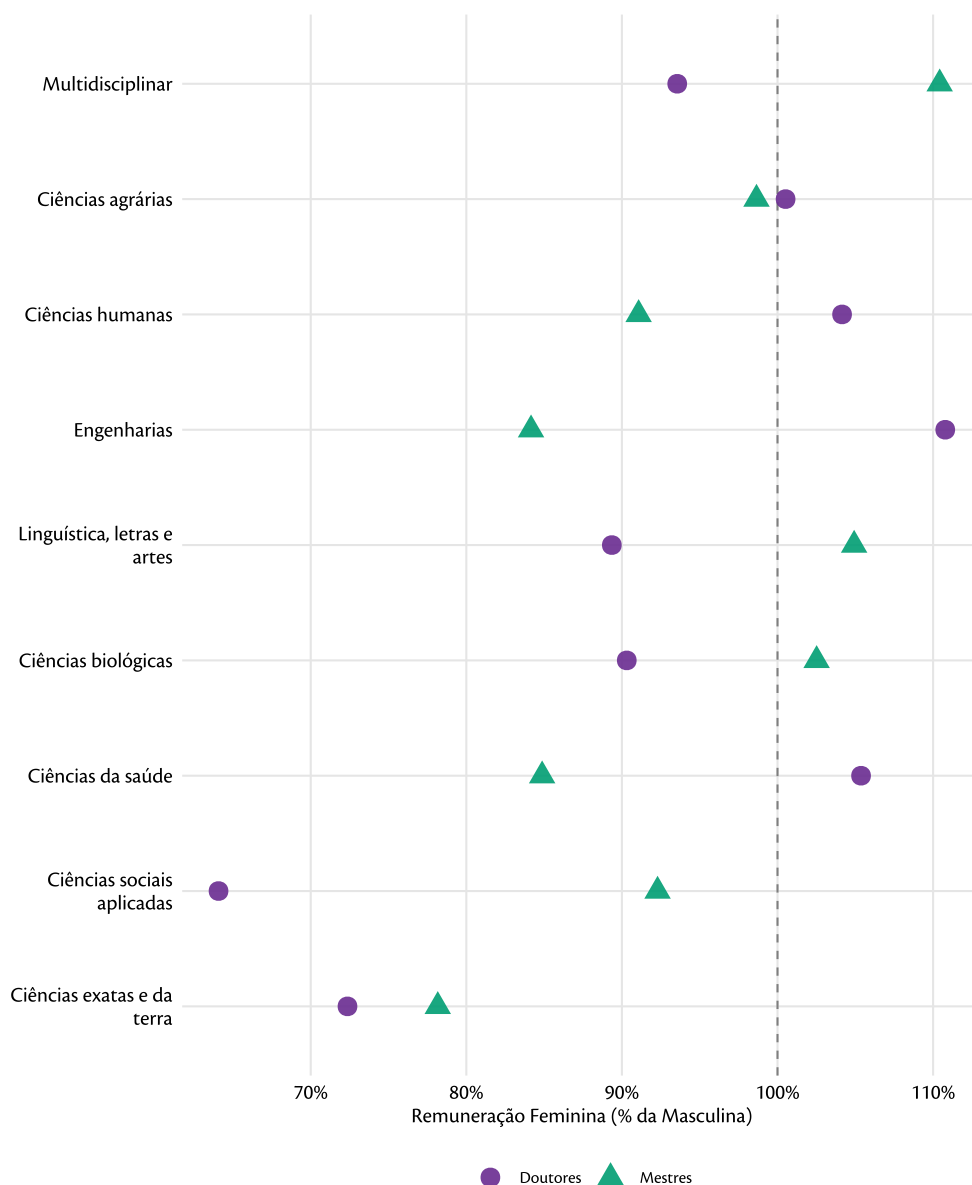


Gráfico 31: Mestres e doutoras: Diferenças entre a remuneração mensal média de mulheres em relação à dos homens, por grande área de conhecimento, na unidade federativa do Amapá, 2023 (%).

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023) e Rais/MTE (2023). Tabelas M.REM.UF.12 e D.REM.UF.12.

Na unidade federativa do Amapá, em 2023, a remuneração mensal média das mulheres mestres foi inferior à dos homens mestres em todas as seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) dos estabelecimentos empregadores, com exceção das seções *Indústrias de transformação* (179,9%) e *Atividades administrativas e serviços complementares* (119,5%) e *Administração pública, defesa e seguridade social* (111,2%) e *Saúde humana e serviços sociais* (100,5%) (Gráfico 32). As maiores diferenças relativas foram observadas nas seções *Eletricidade e gás* e *Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados*, nas quais a remuneração das mulheres correspondeu a 39,1% e 41,9% da remuneração dos homens, respectivamente. As menores diferenças, por sua vez, ocorreram nas

seções *Atividades profissionais, científicas e técnicas* e *Educação*, com proporções de 98,9% e 89,4%, respectivamente.

Na unidade federativa do Amapá, em 2023, a remuneração mensal média das mulheres doutoras foi inferior à dos homens doutores em todas as seções da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) dos estabelecimentos empregadores, com exceção das seções *Atividades profissionais, científicas e técnicas* (104,9%) (Gráfico 33). As maiores diferenças relativas foram observadas nas seções *Administração pública, defesa e seguridade social* e *Educação*, nas quais a remuneração das mulheres correspondeu a 87,8% e 95,9% da remuneração dos homens, respectivamente. As menores diferenças, por sua vez, ocorreram nas seções *Educação* e *Administração pública, defesa e seguridade social*, com proporções de 95,9% e 87,8%, respectivamente.

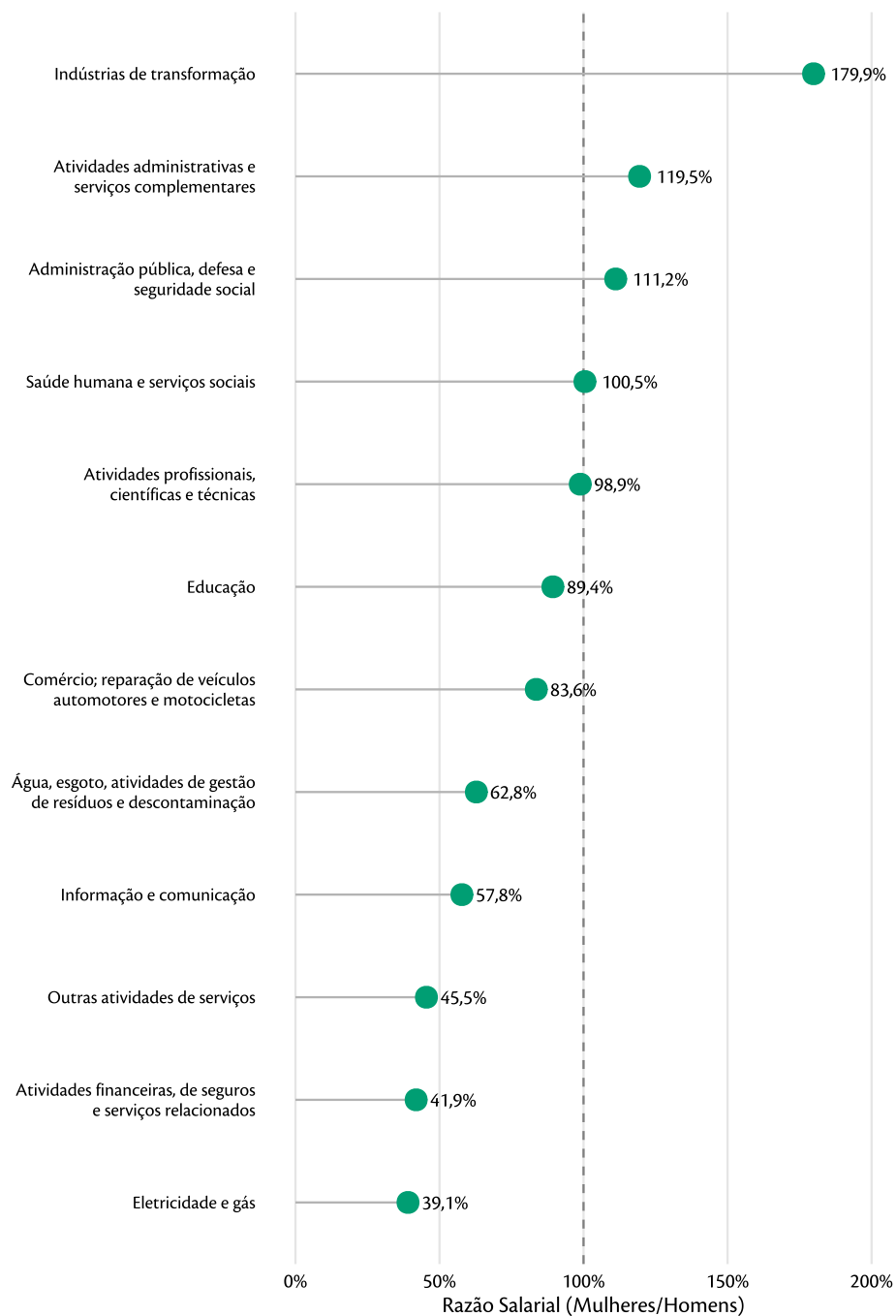


Gráfico 32: Mestres: Remuneração mensal média de mulheres como proporção percentual da dos homens, por seções da CNAE dos estabelecimentos empregadores, na unidade federativa do Amapá, 2023 (%).

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023) e Rais/MTE (2023). Tabela M.REM.UF.13.

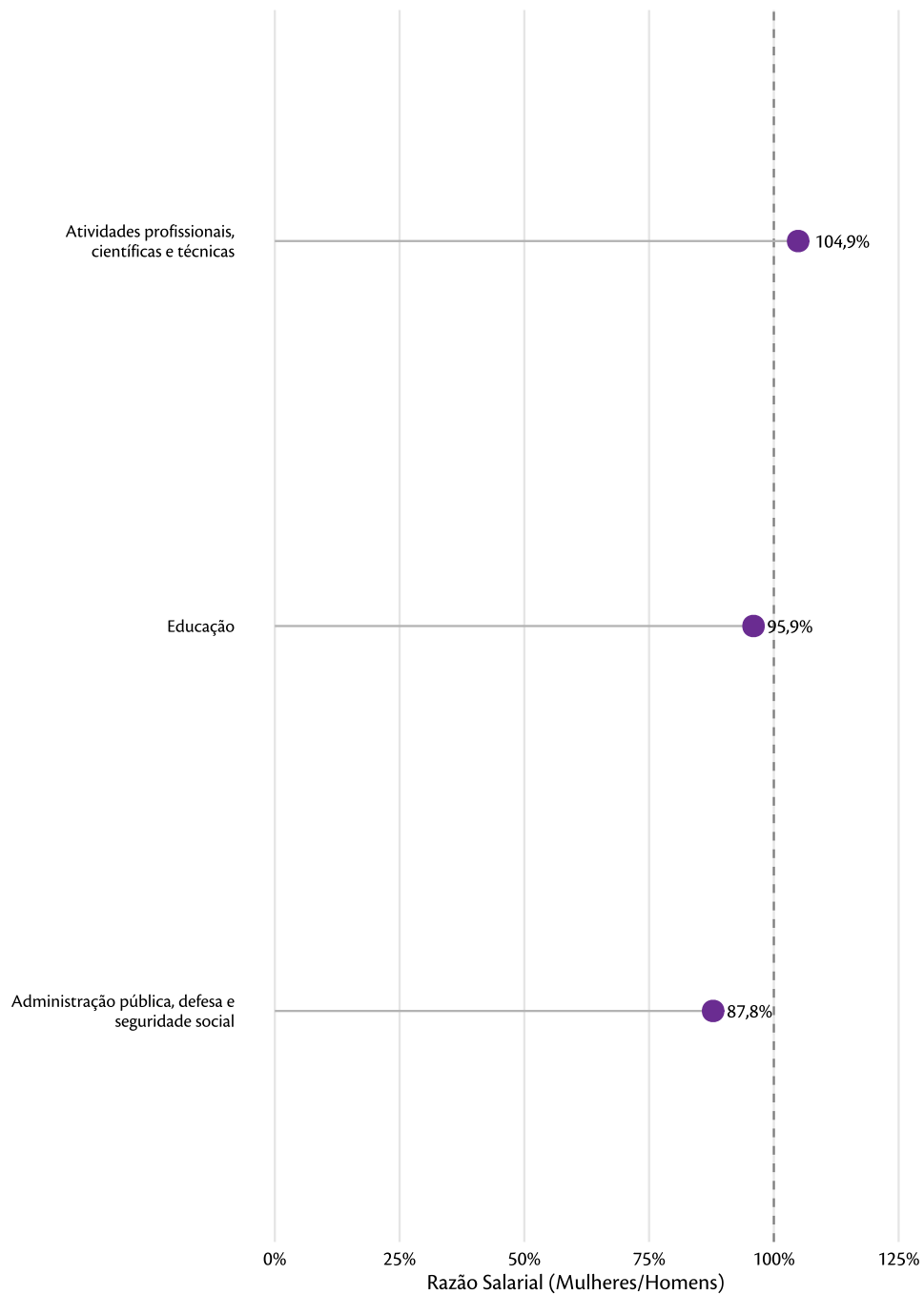


Gráfico 33: Doutores: Remuneração mensal média de mulheres como proporção percentual da dos homens, por seções da CNAE dos estabelecimentos empregadores, na unidade federativa do Amapá, 2023 (%).

Fonte: Elaboração do CGEE a partir de dados da Plataforma Sucupira – Capes/MEC (1996–2023) e Rais/MTE (2023). Tabela D.REM.UF.13.

Lista de siglas e abreviaturas

C.E.Su	Câmara Especial do Ensino Superior
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CGEE	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
CNAE	Classificação Nacional de Atividades Econômicas
eSocial	Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas
GAbInter	Grau de absorção interestadual
GAbIntra	Grau de absorção intraestadual
GAInter	Grau de atração interestadual
GCapIntra	Grau de captação intraestadual
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
M&D	Mestres e doutores
MEC	Ministério da Educação
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MTE	Ministério do Trabalho e do Emprego
PIB	Produto Interno Bruto
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RHCTI	Recursos Humanos em Ciência, Tecnologia e Inovação
RIECTI	Rede de Indicadores Estaduais de Ciência, Tecnologia e Inovação

Disponibilidade dos dados:

As tabelas detalhadas que fundamentam os gráficos apresentados neste relatório estão disponíveis em: <https://mestresdoutores2024.cgée.org.br/dados>

